

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO
CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS
DEPARTAMENTO DE ECONOMIA
MESTRADO PROFISSIONAL EM ECONOMIA
TURMA DE COMÉRCIO EXTERIOR E RELAÇÕES INTERNACIONAIS**

**UM EXAME DA CONTRIBUIÇÃO DAS COOPERATIVAS BRASILEIRAS AO
COMÉRCIO EXTERIOR**

**ROBERTO ALVES DE ARAÚJO
ORIENTADOR: Dr RICARDO CHAVES LIMA
Recife-PE**

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO
CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS
DEPARTAMENTO DE ECONOMIA
MESTRADO PROFISSIONAL EM ECONOMIA
TURMA DE COMÉRCIO EXTERIOR E RELAÇÕES INTERNACIONAIS**

**UM EXAME DA CONTRIBUIÇÃO DAS COOPERATIVAS BRASILEIRAS AO
COMÉRCIO EXTERIOR**

Roberto Alves de Araújo

**Dissertação apresentada ao Programa de
Pós-Graduação em Economia – PIMES, da
Universidade Federal de Pernambuco-
UFPE, como parte das exigências para a
obtenção do título de Mestre em Economia.**

Recife – PE, Março de 2005.

Araújo, Roberto Alves de
Um exame da contribuição das cooperativas
brasileiras ao comércio exterior / Roberto Alves de
Araújo. – Recife : O Autor, 2005.
97 folhas : il., tab., gráf.

Dissertação (mestrado) – Universidade Federal de
Pernambuco. CCSA. Economia, 2005.

Inclui bibliografia.

1. Economia – Comércio exterior. 2.
Cooperativismo brasileiro – Distribuição por ramos.
3. Gestão cooperativista – Doutrina econômica –
Técnicas de gestão. 4. Cooperativas exportadoras
brasileiras – Abertura de novos mercados – Produtos
dos Estados. 5. Educação e cooperativismo –
Crescimento econômico – Papel dos Estados. I.
Título.

339.56
334

CDU (2.ed.)
CDD (22.ed.)

UFPE
BC2005-299

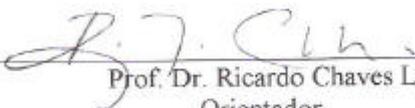
UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO
CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS
DEPARTAMENTO DE ECONOMIA
PIMES/ PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ECONOMIA

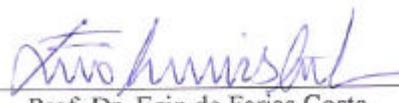
PARECER DA COMISSÃO EXAMINADORA DE DEFESA DE DISSERTAÇÃO
DO MESTRADO PROFISSIONAL EM ECONOMIA DE

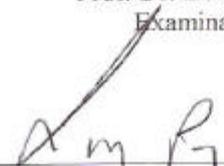
ROBERTO ALVES DE ARAÚJO

A Comissão Examinadora composta pelos professores abaixo, sob a presidência do primeiro, considera o candidato Roberto Alves de Araújo **APROVADO**.

Recife, 28/03/2005


Prof. Dr. Ricardo Chaves Lima
Orientador


Prof. Dr. Ecio de Farias Costa
Examinador Interno


Prof. Dr. Luiz Henrique Romani de Campos
Examinador Externo/UNICAP

“Para minha mãe, Maria das Neves, e para todos os meus familiares”.

Agradecimentos

Agradeço, em especial ao amigo e eterno mentor o Professor Dr. Ricardo Chaves Lima, a todos os professores e funcionários que ajudaram a mim e a meus colegas de turma a expandir o nosso conhecimento da ciência econômica.

Sou grato também a diversas pessoas e suas respectivas instituições que contribuíram para realização deste trabalho, são elas: o Sr. Julio Pohl da Organização das Cooperativas Brasileiras (OCB) pelo fornecimento de pesquisas, anuários setoriais e dados sobre o cooperativismo brasileiro e mundial; aos consultores Jussara leite e Gustavo Aguiar do SEBRAE-PE na doação de periódicos, pesquisas, dados e pela utilização de sua biblioteca; e ao Sr. Malaquias Anselmo de Oliveira e o Sr. Rodrigo Cruz da Organização das Cooperativas de Pernambuco (OCEPE) na doação de periódicos.

RESUMO

Esta dissertação tem como objetivo examinar a contribuição das cooperativas exportadoras no crescimento da economia nacional, salientando que estas instituições são uma alternativa que possui elevada eficácia e eficiência para contribuir na atenuação das disfunções dos sistemas econômicos, gerando concorrência de mercado, beneficiando o consumidor, gerando renda para seus cooperados e empregados.

Com a utilização de bibliografia específica ao cooperativismo, de anuários setoriais de entidades como as Organizações das Cooperativas Brasileiras (OCB), de órgãos públicos brasileiros (Receita Federal e Ministério do Desenvolvimento da Indústria e Comércio), que permitiram obter informações sobre o setor cooperativista, com o intuito de implementar melhores estratégias de mercado voltadas para a exportação.

As nossas cooperativas seguem a tendência da economia brasileira de exportarem bens do segmento agropecuário. Estas agrocooperativas possuem diversas vantagens competitivas em relação aos seus concorrentes convencionais no mercado doméstico, tais como: as cooperativas dos mais diversos ramos conseguem financiamentos nas cooperativas de crédito com juros e tarifas mais baixos do que são praticados pelos bancos; estas cooperativas estabelecem parcerias com cooperativas de consumo de várias nações que importam nossos produtos e através de terceirização conseguem preços mais satisfatórios com as cooperativas de trabalho.

Há ainda fusões com outras cooperativas que desempenham as mesmas atividades e conseguem criar economias de escala e expansão vertical com o objetivo o de implementar cadeias produtivas para elevar seu grau de competitividade no comércio exterior.

ABSTRACT

This thesis aims to examine exporting co-operatives contribution in the growth of Brazilian economy, emphasizing that those institutions have been and effective and efficient alternatives to contribute to ease problems of the economic system, creating trade competition, benefiting consumers, fostering income and employment.

Using co-operatives specific information from institutions such as the Brazilian Co-operatives Organization (OCB), and Brazilian public institutions (Receita Federal and Ministério do Desenvolvimento, da Indústria e do Comércio), this study obtained and analyzed information about co-operatives, with the objective of achieving better market strategies toward exports.

Brazilian co-operatives followed the trend of national economy of exporting agricultural products. These agricultural co-operatives have presented several competitive advantages over their conventional competitors in the domestic market: Different types of co-operatives get financing (co-operatives credit) with interest rate lower than those in commercial banks. Those co-operatives established partnership with consumption co-operatives which import goods from many nations and get lower prices through agreement with foreign companies.

There exist merges amongst co-operatives which develop similar activities and create scale economy and vertical integrate with the objective to implement supply chain increasing competitive in the international market.

LISTA DE TABELAS

Tabela 1.1-Cooperativas brasileiras por atividade econômica com as quantidades de seus respectivos cooperados e empregados em 2003.....	15
Tabela 1.2-Participação das Cooperativas brasileiras na armazenagem de produtos agrícolas em 2003.....	16
Tabela 1.3-Cooperativas, Cooperados e Empregados nos estados da Região Norte em 2003.....	27
Tabela 1.4-Cooperativas por Ramos e Sub-ramos nos Estados da Região Norte em 2003.....	28
Tabela 1.5-Cooperativas, Cooperados e empregados nos estados do Nordeste em 2003.....	29
Tabela 1.6-Cooperativas por Ramos e Sub-ramos nos Estados do Nordeste em 2003.....	30
Tabela 1.7-Quantidade de Cooperativas, cooperados e empregados nos Estados da Região Centro-Oeste em 2003.....	31
Tabela 1.8-Quantidade das Cooperativas por Ramos (e Sub-ramos) nos Estados da Região Centro-Oeste em 2003.....	32
Tabela 1.9-Quantidade de Cooperativas, Cooperados e Empregados nos Estados da Região Sudeste em 2003.....	33
Tabela 1.10-Quantidade das Cooperativas por Ramos (e Sub-ramos) nos Estados da Região Sudeste em 2003.....	34
Tabela 1.11-Quantidade de Cooperativas, Cooperados e Empregados nos Estados da Região Sul em 2003.....	35
Tabela 1.12-Quantidade das Cooperativas por Ramos (e Sub-ramos) nos Estados da Região Sul em 2003.....	36
Tabela 1.13-Quadro comparativo que demonstra as diferenças técnicas entre as Cooperativas e as Empresas Convencionais, 2004.....	37

Tabela 2.1-Exportações das Cooperativas Brasileiras por Grupos de Produtos em 2003 e 2004 (USD FOB).....	44
Tabela 2.2-Exportações das Cooperativas Brasileiras por Grupos de Produtos de 2000 a 2004 (USD FOB).....	45
Tabela 2.3-Alguns produtos Exportados pelas Cooperativas Brasileiras (Comparação 2003/2004).....	46
Tabela 2.4-Exportação das Cooperativas Brasileiras por Unidades da Federação em milhões (entre os anos de 1990 a 2002).....	48
Tabela 2.5-Exportação das Cooperativas Brasileiras por Unidades da Federação (comparação entre os anos de 2003 e 2004).....	49
Tabela 2.6-Exportação das Cooperativas Brasileiras em 2004 (para as 10 primeiras nações de destino).....	51
Tabela 2.7-Dados gerais das Cooperativas, Cooperados, Empregados, Lojas e Áreas de Vendas referente ao Cooperativismo de Consumo no Cenário internacional em 2000.....	68
Tabela 2.8-Volume de fornecimentos de Cooperativas de Consumo no Cenário Internacional em 2000.....	69
Tabela 2.9-Distribuição Internacional nas quantidades de Organizações, Cooperativas e Cooperados em 2000.....	72
Tabela 2.10-Número de Cooperativas e Cooperados na América cujas Nações são Membros da ACI em 2000.....	73

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1.1-Quantidade de Cooperativas Brasileiras por atividade Econômica em 2003.....	14
Gráfico 1.2-Percentual da Participação das Cooperativas Agropecuárias na Produção Agrícola em 2003.....	17
Gráfico 1.3-Quantidade de cooperativas por região em 2003.....	26
Gráfico 2.1-Evolução das Exportações das Cooperativas Brasileiras de 1990 até 2004.....	50
Gráfico 2.2-Exportações das Cooperativas Brasileiras por Destino em 2003.....	54
Gráfico 2.3-Exportações das Cooperativas Brasileiras por Destino em 2004.....	54
Gráfico 2.4-O Cooperativismo no Mundo por Atividades, 2000.....	71
Gráfico 3.1-Benefícios aos clientes Concedidos pelas Empresas Convencionais em Mercado Não Dinâmico (ND) e em Mercado Dinâmico Com a Presença de Cooperativas (MD).....	82
Gráfico 3.2-Benefícios Oferecidos Com a Presença de Cooperativas em Concorrência Dinâmica.....	85

SUMÁRIO

LISTA DE TABELAS.....	página 07
LISTA DE GRÁFICOS.....	página 09
Introdução.....	página 11
1. COOPERATIVAS NO BRASIL.....	página 13
1.1- Distribuição das Cooperativas nos Estados Brasileiros.....	página 13
1.2- Gestão nas Cooperativas Brasileiras.....	página 36
2.COOPERATIVAS BRASILEIRAS E O COMÉRCIO EXTERIOR.....	página42
2.1-O Desempenho das Cooperativas Exportadoras Brasileiras.....	página 42
2.2- Estratégias das Cooperativas para Abertura de Novos Mercados: Um Estudo de Casos de Sucesso.....	página 50
2.3-O Cooperativismo Brasileiro no Cenário Internacional.....	página 63
3.COOPERATIVAS COMO ESTRATÉGIA SUSTENTÁVEL DE COMÉRCIO EXTERIOR.....	página 74
3.1-Educação e Cooperativismo.....	página 74
3.2 - Cooperativismo e Crescimento Econômico.....	página 78
3.3-O Papel dos Estados Nacionais em Relação ao Cooperativismo.....	página 86
Considerações Finais.....	página 93
Referências Bibliográficas.....	página 95

INTRODUÇÃO

O presente trabalho pretende examinar a contribuição das cooperativas brasileiras ao comércio exterior, ressaltando que tais instituições contribuem na geração e financiamento de novos negócios, colaboram na produção de bens e serviços, criam novos postos de trabalho, distribuem renda, exportam, importam e investem em Pesquisa e Desenvolvimento (P&D).

As organizações cooperativistas são empreendimentos que precisam ser estudadas mais adequadamente pela ciência econômica, não apenas pelo que fizeram, pelo que estão fazendo ou pelas suas pretensões de fazer num futuro próximo para o crescimento da economia brasileira e demais nações, aonde deverá ser levada em consideração a sua importância socioeconômica, na qual tais instituições conseguem catalisar recursos e indivíduos que com esforço mútuo, via cooperativismo incluem pessoas que tem limitações financeiras na economia formal.

Também será identificado o principal problema que prejudica o desenvolvimento do cooperativismo na economia brasileira, que se deve ao fato de não existir um sistema educacional eficiente que infelizmente chega a ser inexistente em muitas das nossas cooperativas, ocasionando perda de produtividade.

Será examinado no primeiro capítulo a classificação por atividade econômica (ramos e sub-ramos) do cooperativismo brasileiro e a sua distribuição quantitativa de instituições, de membros e de empregados em todos os estados brasileiros; também serão expostos os tipos e técnicas de gestão adotadas pelas cooperativas que se baseiam na sua doutrina econômica cooperativista.

No segundo capítulo será mostrado o perfil das cooperativas exportadoras brasileiras, que repetem a tradição da nossa economia ao exportarem bens produzidos no setor do agronegócio, avaliando diversas cadeias produtivas e expondo alguns estudos de casos de sucesso de nossas cooperativas. Também serão demonstrados os diversos tipos de estratégias utilizadas por nossas cooperativas para abrir novos mercados consumidores, destacando as principais nações importadoras dos bens produzidos pelas cooperativas brasileiras, como a criação de economias de escala via cooperativismo e a verticalização de cadeias produtivas formadas por empreendimentos cooperativistas.

No terceiro e último capítulo será abordado que para haver crescimento do cooperativismo no Brasil é necessário implementar modelos de educação cooperativistas; será mostrado a concorrência e as estratégias de mercado adotadas entre as cooperativas e as empresas convencionais, como os reflexos dos investimentos realizados em P&D por nossas cooperativas nas exportações. Também serão enfocadas as relações das cooperativas com as instituições públicas no Brasil e como estas instituições podem auxiliar o governo e os demais agentes econômicos, colaborando com o crescimento econômico do Brasil.

1-COOPERATIVISMO NO BRASIL

1.1-Distribuição das Cooperativas nos Estados Brasileiros

De acordo com CRÚZIO (2002), RECH (2000) e LIMA (1999), as cooperativas são instituições formadas por conjuntos de pessoas com interesses comuns que uniram-se e organizaram-se economicamente com igualdade de direitos, deveres, remunerações e conhecimento, trilhando o bem comum e ofertando bens e serviços a sociedade com a eterna obrigação moral para com os seus membros e demais instituições.

Assim como as empresas convencionais que são classificadas quanto ao seu porte (grandes, médias, pequenas e micro), as cooperativas também possuem suas classificações quanto ao seu porte, que são: as Cooperativas Singulares (também chamadas de cooperativas de 1º grau), as Cooperativas Centrais (também conhecidas como Federações de Cooperativas ou Cooperativas de 2º de grau) e as Confederações de Cooperativas (também conhecidas como Cooperativas de 3º grau).

As cooperativas Centrais devem ser compostas por no mínimo 3 cooperativas singulares, podendo também admitir cooperados individuais (pessoas físicas), seu objetivo econômico é criar economias de escala verticalizando cadeias produtivas voltadas para a exportação. As confederações de cooperativas são compostas por no mínimo 3 centrais cooperativas, podendo ser do mesmo ou de ramos diferentes, economicamente também são estrategicamente usadas para obtenção de escalas e verticalização de cadeias produtivas para se tornarem competitivas com o objetivo de atuarem no comércio exterior.

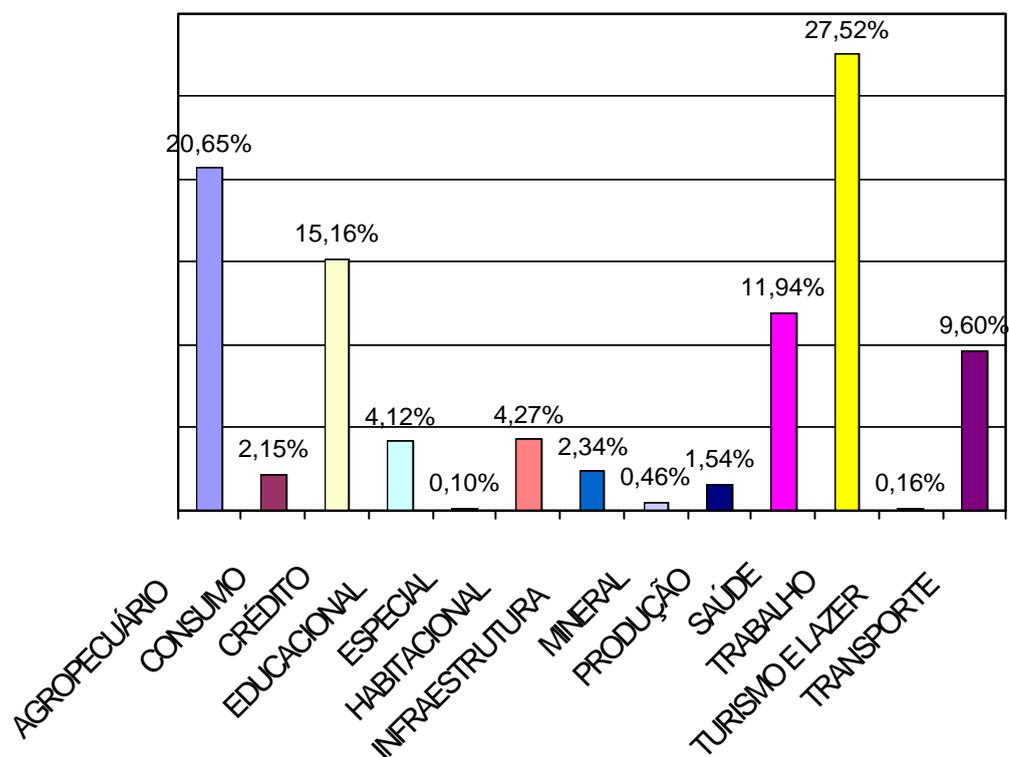
As cooperativas singulares no Brasil são compostas por no mínimo 20 pessoas físicas (na maioria das demais nações é permitido um número em média de 5 pessoas), sendo permitida no Brasil a adesão de pessoas jurídicas, desde que tenham como objetivo as atividades correlatas as da cooperativa.

O movimento cooperativista é reconhecido como sendo de cunho sócio-econômico, onde sua doutrina econômica tem como meta atender aos objetivos comuns das pessoas (cooperados ou consumidores) e suas finalidades econômicas. Nas cooperativas deve existir a premissa de ter indivíduos interessados em empreender, tendo como meta a geração de trabalho e renda para seus membros cooperados e emprego para preencher seus quadros de funcionários.

De acordo com MC INTYRE & SILVA (2002a) e VEIGA & FONSECA (2000), a entidade responsável por coordenar o cooperativismo em todo território nacional é a Organização das Cooperativas Brasileiras (OCB), que para facilitar o monitoramento e as pesquisas sobre os mais diversos setores, as classificou em 13 ramos que atuam em diversos segmentos de nossa economia, são eles: Agropecuária, Consumo, Crédito, Educacional, Especial, Habitacional, Infra-estrutura, Mineração, Produção, Saúde, Trabalho, Transporte e Turismo.

É interessante observar (no Gráfico 1.1), as quantidades percentuais de cooperativas brasileiras em seus respectivos ramos que totalizam 7.355 empreendimentos em 2003, frisando que são as cooperativas de trabalho e agropecuárias que lideram o setor no Brasil, sendo seguidas respectivamente pelas de crédito, saúde, transporte e outras.

Gráfico 1.1- Quantidade de Cooperativas Brasileiras por atividade Econômica em 2003.



Fonte: OCB 2003.

O cooperativismo brasileiro apresenta 7.355 cooperativas, com 5.762.718 cooperados e geram 182.026 empregos diretos. Vale salientar que as cooperativas do ramo agropecuário apresentaram em 2003 uma elevada participação no cenário nacional com cooperativas, cooperados e funcionários (ver Tabela 1.1), devido ao fato de que estas agrocooperativas terem expandido suas atividades porque as suas metas de comercialização são os mercados internacionais; também foi demonstrado que as cooperativas de trabalho apresentam-se em maior quantidade na economia brasileira por serem alternativas ao fenômeno do desemprego que assola todo o país, mas mesmo assim possuem menos cooperados e menos empregados que as cooperativas agropecuárias.

Tabela 1.1 – Cooperativas brasileiras por atividade econômica com as quantidades de seus respectivos cooperados e empregados em 2003.

Ramo	Cooperativas	Cooperados	Empregados
Agropecuário	1.519	940.482	110.910
Consumo	158	1.920.311	7.219
Crédito	1.115	1.439.644	23.291
Educacional	303	98.970	2.874
Especial	7	2.803	6
Habitacional	314	104.908	2.472
Infra-estrutura	172	575.256	5.500
Mineral	34	48.830	35
Produção	113	9.559	315
Saúde	878	261.871	23.267
Trabalho	2.024	311.856	4.036
Turismo e lazer	12	396	2
Transporte	706	48.552	2.099
Total	7.355	5.762.718	182.026

Fonte: OCB 2003

1.1.1-Cooperativas Agropecuárias

De acordo com VEIGA & FONSECA (2002), as cooperativas da agropecuária são formadas por produtores rurais, empenhados em atividades para beneficiar e vender a produção de seus respectivos cooperados, eliminar atravessadores fornecendo direto para as cooperativas de consumo, ofertar e demandar insumos, exportar, comprar equipamentos

agrícolas, armazenar bens (ver Tabela 1.2), prestar assistência técnica (veterinária ou agrônômica), gerar negócios, emprego e renda no campo.

Tabela 1.2-Participação das Cooperativas brasileiras na armazenagem de produtos agrícolas em 2003.

Brasil		COOPERATIVAS	
Capacidade Armazenagem (em milhões de toneladas)	89,5	21,2	23,6%
A Granel	63,8	16,3	25,5%
Ensacados	25,7	4,8	18,7%
Unidades Armazenadoras (nº Total)	13.911	2.568	18,4%
A Granel	6.267	1.192	19,0%
Ensacados	7.486	1.376	18,4%

(Elaboração: Fonte: Núcleo de Banco de Dados da OCB - Dezembro 2003).

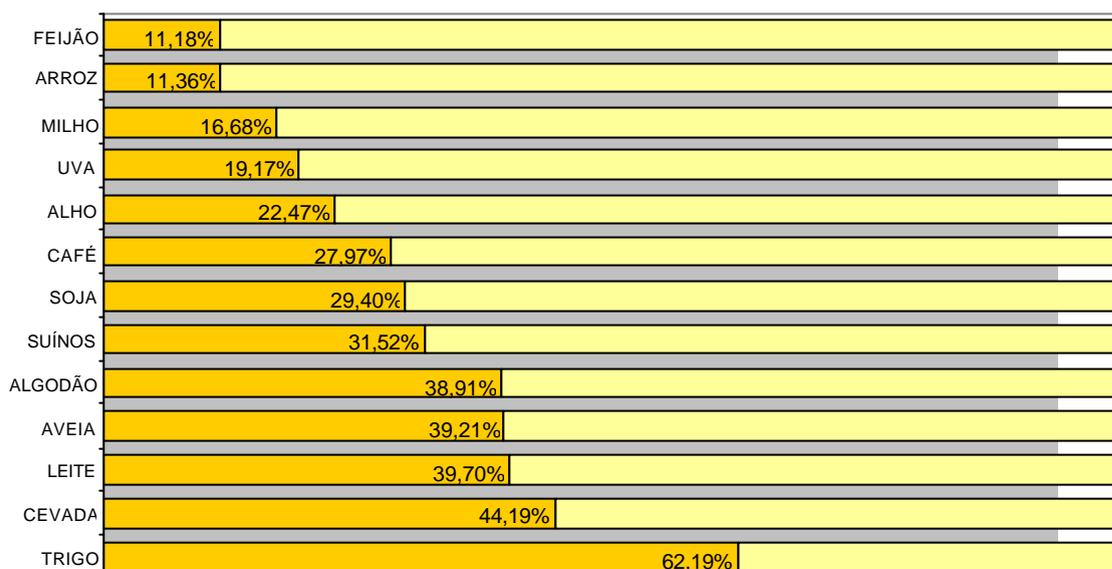
As cooperativas agropecuárias estão buscando parcerias nos grandes centros urbanos para distribuírem seus produtos no mercado interno, por isso estão estabelecendo contratos com cooperativas de consumo, com redes de pequenos e médios supermercados, em feiras populares, com diversas lojas e franquias comerciais.

De acordo com NASCIMENTO (2000), as cooperativas agrícolas atualmente são as principais responsáveis pelo crescimento do cooperativismo no Brasil, seja pelo seu dinamismo ou pelo elevado volume de negócios. Tradicionalmente, a agricultura sempre teve uma grande importância para a economia brasileira devido ao fato de possuir vantagens comparativas neste setor da economia.

É necessário destacar a contribuição das cooperativas agropecuárias em diversas culturas no Brasil (ver Gráfico 1.2), aonde foram responsáveis por 62,19% da produção de

trigo, por 44,19% da produção de cevada, por 39,21% da produção de aveia, por 38,91% de algodão, por 31,52% de suínos, por 29,40% de soja, por 27,97% de café, por 22,47% de alho, por 19,17% de uva, por 16,68% de milho, por 11,36% de arroz e por 11,18% de feijão.

Gráfico 1.2-Percentual da Participação das Cooperativas Agropecuárias na Produção Agrícola em 2003.



Fonte: OCB 2003.

1.1.2- Cooperativas de Consumo

De acordo com CRÚZIO (2002) e RECH (2000), as cooperativas de consumo ou varejo são responsáveis pelo abastecimento de seus consumidores, sejam estes clientes ou cooperados desta ou de qualquer outra cooperativa. Este segmento cooperativista é de máxima importância, pois permite que os indivíduos comprem diversos produtos a um preço mais acessível daqueles praticados pelas grandes redes de supermercados, oferecendo os mais diversos produtos, tais como: alimentos, roupas, sapatos, medicamentos, material escolar e outros.

Infelizmente no Brasil este tipo de cooperativa tende a se firmar nas médias e pequenas cidades, onde a concorrência com as grandes redes de supermercado ainda é pequena, falta empenho e maior articulação estratégica entre as cooperativas de consumo

com as cooperativas de diversos setores para conseguirem atender em grande escala, melhorando e diversificando a qualidade de seus produtos e mantendo os preços num nível competitivo para atender aos anseios de seus clientes.

1.1.3- Cooperativa de Crédito

De acordo com CRÚZIO (2002), VEIGA & FONSECA (2002), as elevadas taxas de juros no sistema financeiro bancário brasileiro sempre foram um grande obstáculo para as cooperativas. Foi quando em 1995 o conselho monetário nacional autorizou as cooperativas de crédito a organizarem-se em bancos comerciais, inaugurando uma nova fase para o florescimento do sistema cooperativo no Brasil. Vale salientar que dentro do ramo do cooperativismo de crédito existem três sub-ramos que são as cooperativas de crédito rural, as cooperativas de crédito mútuo e as cooperativas de crédito abertas ou *luzatti*, que não possuem vinculação com determinados segmentos econômicos ou profissionais.

Assim como nos bancos comuns, as cooperativas de crédito oferecem conta corrente, talão de cheques, planos de saúde, pagamento de contas (luz, telefone, água), seguros (empresarial, automóvel, residencial, de vida), aplicações financeiras; lembrando que o cooperativismo de crédito ofertam financiamentos com taxas de juros e tarifas abaixo dos preços praticados pelos bancos convencionais, por diversos motivos, tais como: as parcerias estratégicas com outras cooperativas do mesmo ramo que permite uma maior capacidade financeira para atuar no mercado, os ganhos oriundos dos financiamentos ficam na própria cooperativa e terá como objetivo beneficiar os seus membros associados, financiar as atividades das cooperativas agropecuárias exportadoras no Brasil que é considerado um investimento rentável e permite as cooperativas de crédito acumulem uma retaguarda financeira que será utilizada para liberar novos financiamentos para os outros ramos do cooperativismo.

De acordo com RICCIARDI & LEMOS (2000), as cooperativas de crédito fornecem ainda outras vantagens como serviços de consultoria de mercado, contábil e agrônômica, para melhoramento na produção e serviços de todas as cooperativas; especificando que são as cooperativas agropecuárias que mais se beneficiaram com estas

mudanças, impulsionando seu viciado exportador, as cooperativas de crédito criaram uma vantagem competitiva para as nossas cooperativas em relação às empresas convencionais que pagam juros de mercado. Enquanto os bancos comuns cobram em média 10% pelo cheque especial, as cooperativas de crédito como a BANCOOB (Banco Cooperativo do Brasil) cobram pelo mesmo cheque especial um percentual de 3,5% com a vantagem de serem desburocratizadas.

De acordo com a Mc INTYRE (2003), o cooperativismo de crédito brasileiro se integrou implementando sistemas cooperativos regionais, com cooperativas singulares e centrais, criando os dois maiores sistemas cooperativos de Crédito nacional, são eles: o Sistema de Cooperativas de Crédito do Brasil (SICOOB) que possui o apoio do Banco Cooperativo BANCOOB e o Sistema de Crédito Cooperativo (SICREDI) que possui o apoio do Banco Cooperativo BANSICREDI.

De acordo com RICCIARDI & LEMOS (2000) e o Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (SEBRAE, 2003), o BANCOOB e o BANSICREDI desempenham atividades exclusivas e especiais no cooperativismo de crédito brasileiro, sendo as únicas instituições cooperativistas em território nacional a terem acesso à câmara de compensação, a reserva bancária e ao mercado interfinanceiro, ou seja, todas as demais cooperativas de crédito em território nacional possuem convênio com o BANCOOB ou com o BANSICREDI; especificando que as demais cooperativas de crédito são empreendimentos independentes destes dois Bancos Cooperativistas, apenas utilizam seus serviços.

De acordo com Mc INTYRE *et alli* (2003), regionalmente a cooperativa de crédito BANSICREDI (Banco Cooperativo de Serviço e Crédito) no Rio Grande do Sul vem expandindo suas atividades para outros estados, tais como: Santa Catarina, Paraná, São Paulo, Rio de Janeiro, Mato Grosso e Mato Grosso do Sul. Os serviços apresentados pelo BANSICREDI possuem excelente qualidade, liberando financiamentos para cooperativas urbanas e rurais em todas as atividades econômicas, principalmente para as agrocooperativas exportadoras; prestando serviços de consultoria para as novas gerações de cooperativas e ainda difundindo o modelo de trabalho cooperativista com um novo sistema informatizado conectado a *Internet* e com *telemarketing* especializado nos anseios cooperativistas.

De acordo com RECH (2000) e SEBRAE (2004), outra grande cooperativa de crédito brasileira é a COOPERFORTE (cooperativa de economia e crédito mútuo) foi fundada há vinte anos por funcionários aposentados do Banco do Brasil e do Banco Central; com a expansão ao longo dos anos foi permitida a entrada de novos cooperados que são funcionários de outros bancos e instituições públicas financeiras federais, tais como: da Caixa Econômica Federal (CEF), do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), Banco do Nordeste do Brasil (BNB), Banco da Amazônia (BASA), das Associações e entidades do funcionalismo destas instituições, pensionistas e viúvas de associado falecido, conjugue, pais, filhos e dependentes legais de associados.

De acordo com ABRANTES (2004) e SEBRAE (2003), a COOPERFORTE possui 39.265 associados e aproximadamente 44,9 milhões de reais em ativos e faz um importante papel no mercado, liberando linhas de crédito com juros e tarifas abaixo dos praticados pelo mercado e oferecendo a seus cooperados diversos serviços, tais como: planos de previdência privada, conta corrente, poupança, aplicações financeiras, seguros, talões de cheque e outros.

1.1.4- Cooperativa Educacional

De acordo com NASCIMENTO (2000) e CRÚZIO (2002), as cooperativas educacionais são formadas pela união de professores e familiares de estudantes decepcionados com os modelos de escolas privadas e públicas no Brasil, tanto do ponto de vista salarial dos professores (baixos salários nas escolas públicas e privadas), como também pelas altas mensalidades das escolas privadas, sem contar com a baixa qualidade das escolas públicas brasileiras.

As cooperativas educacionais não devem se tornar apenas um projeto comercial entre professores decepcionados com a educação e baixos salários do país e como uma alternativa para as altas mensalidades das escolas particulares ou com a péssima qualidade das escolas públicas por parte dos familiares dos alunos. É necessária a integração dos dois grupos (professores e familiares dos alunos), para que esta união tenha êxito ao proporcionar uma educação de qualidade para os nossos jovens, suplementando nesta educação os princípios éticos do cooperativismo.

De acordo com RIOS (1998), ABRANTES (2004) e SINGER (2003), numa nação subdesenvolvida como o Brasil, aonde o analfabetismo ainda assola as comunidades carentes (tanto nos centros urbanos como no campo) limitando a mobilidade social nestas localidades. O cooperativismo educacional poderia melhorar qualitativamente a educação brasileira se fosse incentivada com políticas públicas neste setor (incentivos fiscais e tributários), como acontece nas nações européias, na Nova Zelândia, na Austrália e no Canadá.

1.1.5- Cooperativas Especiais

De acordo com VEIGA & FONSECA (2002), as cooperativas pertencentes ao ramo especial são cooperativas destinadas a integrar as pessoas especiais que possuam alguma deficiência física ou mental, grupos indígenas e idosos ao mercado de trabalho, onde estas cooperativas educam, produzem artesanato, treinam e fornecem pessoas capacitadas em diversas áreas, tais como: *telemarketing*, informática, mecânica, relações públicas, atendentes e outras atividades.

Estas cooperativas também treinam pessoas para trabalharem, por meio da terceirização em outras cooperativas, empresas, ONGs (Organizações Não Governamentais), fundações, órgãos públicos e outros.

Apesar de serem apenas 7 cooperativas no Brasil, é dever destacar o trabalho social e cívico que estas instituições tem desenvolvido e observar que estas possuem 2.083 cooperados que é um número bem expressivo, não esquecendo que estas pessoas estão conseguindo, mesmo com suas limitações, se integrarem à sociedade graças ao cooperativismo.

1.1.6- Cooperativas Habitacionais

De acordo com RECH (2000), Mc INTYRE & SILVA (2002a), as cooperativas habitacionais são destinadas para a construção, compra e manutenção de conjuntos habitacionais. Traçando um breve histórico deste segmento cooperativista, observa-se que durante a década de 60 o governo federal fomentou a criação de cooperativas habitacionais por meio de financiamentos públicos, medida esta que foi excelente durante quase 20 anos, quando no início da década de 80 veio à crise e o governo começou a diminuir

gradativamente os financiamentos, logo as cooperativas começaram a implementar seus respectivos projetos utilizando recursos próprios de seus associados, tais fatores atrelados a uma inflação ascendente provocaram uma estagnação na natalidade destas cooperativas por mais de uma década.

Com o processo de estabilização monetária que ocorreu na década de 90, aliado à elevação da demanda no déficit habitacional e com a expansão do financiamento das cooperativas de crédito, criaram-se condições de mercado favoráveis para criação de novas cooperativas habitacionais.

O segmento do cooperativismo habitacional brasileiro encontra-se totalmente reestruturado e em expansão, contando nacionalmente com a CONFHAB (Confederação Brasileira das Cooperativas Habitacionais), sendo reforçadas por várias federações cooperativistas do segmento habitacional e com muitas cooperativas singulares habitacionais que estrategicamente estão produzindo milhares de habitações. Frisando que as cooperativas habitacionais são responsáveis atualmente pela construção de aproximadamente 10.000 habitações em todo o Brasil.

No Brasil existem apenas 158 cooperativas de consumo, destas só 7 cooperativas atuam no comércio exterior (importando bens de outras nações), fenômeno este que é considerado insignificante para o porte da economia brasileira, o fator que explica a pouca expressão das nossas cooperativas de consumo no mercado doméstico e atuando no cenário internacional (por meio de importações), se devem a elevada tributação que sofrem os produtos importados, que prejudica este ramo de diversas maneiras, tais como: limita a diversificação de produtos, compromete o crescimento e não cria condições de intercâmbio com outras cooperativas no cenário internacional. Lembrando que na União Européia, nas nações árabes e na China as cooperativas de consumo possuem uma legislação própria que permite que estas importem diversos produtos com baixa carga tributária o que contribui para a viabilização deste ramo em suas respectivas economias.

1.1.7- Cooperativas de infra-estrutura

De acordo com RECH (2000), anteriormente este segmento de cooperativas de infra-estrutura era conhecido como o de “energia, telecomunicações e serviços”, formado

por cooperativas que tinha como objetivo suprir a sociedade com serviços de infraestrutura. No Brasil, as cooperativas de eletrificação rural são as que possuem maior representatividade neste ramo cooperativista, também estão expandindo suas atividades de meros repassadores de energia para serem também geradoras de energia. Salientando que dentro deste segmento de cooperativas de infra-estrutura também estão incluídas, as cooperativas de segurança, de limpeza pública e de prestadoras de serviços em telecomunicações.

1.1.8- Cooperativas de Mineração

De acordo com ABRANTES (2004) e CRÚZIO (2002), o setor de mineração tem grande potencial num país como o Brasil que possui grandes riquezas minerais em seu subsolo, logo as cooperativas de mineração desenvolvem atividades na área extração, pesquisa, industrialização, comercialização e exportação de bens minerais.

Apesar do Brasil possuir grandes riquezas minerais e existir um amplo mercado para esta atividade extrativista. Infelizmente os garimpeiros são pessoas com uma escolaridade muito baixa (a maioria é analfabeta), que dificulta a difusão da doutrina cooperativista neste segmento de mercado.

1.1.9- Cooperativas de Produção

De acordo com VEIGA & FONSECA (2002), as cooperativas de produção estão ligadas em atividades de produção e exportação de bens de consumo, dedicam-se à indústria de transformação nos grandes centros urbanos e também no segmento da agroindústria.

Com abertura da economia na década de 90, muitas indústrias com baixa competitividade não suportaram a concorrência dos produtos importados e infelizmente entraram em falência, foi quando os operários se organizaram e recorreram às cooperativas de crédito assumindo o que tinha sobrado nestas empresas falidas. Atualmente este segmento do cooperativismo esta estável e em forte expansão, criando um novo paradigma para a classe trabalhadora brasileira que foi de “operário padrão” para “operário patrão”, ou seja, o antigo operário trabalha numa nova fase como cooperado empreendedor.

1.1.10- Cooperativas de Saúde

De acordo com ABRANTES (2004), as cooperativas de saúde atualmente representam um dos ramos do cooperativismo mais desenvolvido dentro setor de serviços, atuando na preservação e recuperação da saúde das pessoas. É composto por diversos profissionais liberais da área de saúde, tais como: médicos, enfermeiros, nutricionistas, fisioterapeutas, dentistas, fonoaudiólogos, psicólogos e outros.

Além de serviços clínicos, estas cooperativas expandiram suas atividades e também ofertam diversos serviços, tais como: planos de saúde, medicamentos e estrategicamente estabeleceram convênios ofertando seus serviços a cooperativas de outros setores.

1.1.11- Cooperativas de Trabalho

O cooperativismo de trabalho é o segmento que possui a maior quantidade de cooperativas e cooperados no Brasil, agrupando profissionais autônomos de uma ou várias categorias trabalhista com o objetivo de prestar serviços a terceiros.

De acordo com LIMA (1999), num novo panorama propiciado pela globalização da economia, aonde as empresas visam elevar competitividade com a minimização dos custos da mão de obra via a terceirização, as cooperativas de trabalho se adaptaram a esta realidade de mercado propiciando uma mudança de paradigma neste segmento, no qual os trabalhadores com carteira assinada deixaram de ser funcionários e se tornaram empreendedores via cooperativismo, numa nova realidade aonde seus ex-patrões tornaram-se seus atuais clientes.

A nova realidade da terceirização logo chegou nas zonas rurais do Brasil no segmento da agroindústria, que por ser voltada a exportação de bens da agropecuária em alta escala e por competir no comércio exterior, aonde o grau de competitividade é extremamente elevado, logo os produtores agrícolas se voltaram para as cooperativas de trabalho rural que se tornaram uma vantagem competitiva no agronegócio brasileiro.

É necessário salientar que ocorreu uma evolução, propiciando ganhos para ambos os lados, aonde os produtores agrícolas ganharam vantagem competitiva e os trabalhadores se tornaram empreendedores via o cooperativismo de trabalho rural. Sem dúvida que este é um marco para a agricultura brasileira, aonde o trabalhador troca um regime de semi-escravidão no campo pela independência do trabalho cooperativo.

1.1.12- Cooperativas de Turismo e Lazer

De acordo com ABRANTES (2004), como o setor de turismo é de máxima importância num país como o Brasil que possui vantagens comparativas neste segmento da economia, devido a diversos fatores, tais como: o clima tropical, as praias, a natureza, os monumentos históricos, a culinária diversificada, aspectos culturais do nosso povo entre outros.

O ramo de cooperativas de turismo e lazer apesar de ser pouco expressivo ainda no Brasil, percebeu a importância de explorar melhor esta atividade no Brasil, dedicando-se a prestação de diversos serviços com um preço mais acessível a seus clientes, tais como: hospedagem, transporte, alimentação, eventos culturais, a atividades recreativas, ao ecoturismo, visitas a monumentos históricos, implementação do turismo rural que é impulsionado basicamente pelas cooperativas.

1.1.13- Cooperativas de Transporte

De acordo com NASCIMENTO (2000), este segmento das cooperativas de transporte dedica-se a oferecer serviços no transporte de pessoas e cargas, tanto nos grandes centros urbanos como nas zonas rurais; neste ramo do cooperativismo encontramos vários profissionais exercendo diversas atividades, tais como: caminhoneiros, taxistas, motoristas de ônibus (ou micro ônibus) destinados a transporte de escolas e turismo.

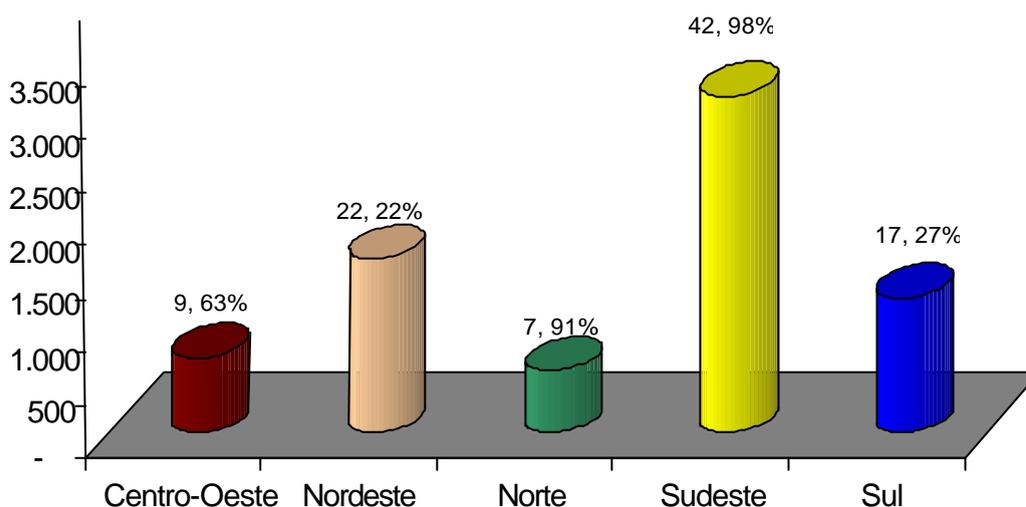
1.1.14- Os ramos do cooperativismo brasileiro por estados e regiões.

De acordo com ABRANTES (2004), o Brasil é uma nação que apresenta uma enorme extensão territorial que se divide em cinco regiões geográficas, revelando diferentes aspectos físicos e humanos que acabam influenciando no desempenho das atividades econômicas do cooperativismo brasileiro, tais como: a demografia, o relevo, o clima, os fatores históricos de povoamento, características culturais, educação, políticas públicas regionais e outros.

Como já era de se esperar, a região Sudeste do Brasil apresenta maior quantidade de cooperativas (ver Gráfico 1.3), mas a região Nordeste mesmo com todo o atraso, surpreende ao superar quantitativamente a região Sul que sempre teve uma grande tradição cooperativista devido a forte imigração européia.

De acordo com ABRANTES (2004), é necessário especificar que a região Sul do Brasil apresenta quantitativamente menos cooperativas que a região Nordeste, porém do ponto de vista qualitativo o cooperativismo na região sul é atualmente o mais desenvolvido, pois apresenta um elevado nível de intercooperação e se encontra em forte fusão de cooperativas do ramo agropecuário visando maior atuação no comércio exterior.

Gráfico 1.3– Quantidade de cooperativas por região em 2003.



Fonte: OCB, dezembro de 2003.

De acordo com Mc INTYRE *et alli* (2003), o cooperativismo se instalou na região Norte por meio do extrativismo através das cooperativas de mineração e pescadores, mas a principal atividade foi desenvolvida pelas as cooperativas de seringueiros, mesmo com produtos com boa demanda no comércio exterior, as cooperativas na região Norte enfrentam grandes obstáculos, tais como: transportes inadequados, grandes distâncias, crimes ambientais que acabam com a imagem de produtos amazônicos no comércio

exterior, problemas ambientais que provocaram saturação em diversas atividades extrativistas e outras.

Uma característica peculiar do cooperativismo na região norte é o fortalecimento do terceiro setor, onde se observa que instituições como as Organizações não governamentais (ONG) e fundações que movidas por questões ambientais e sociais, apóiam (técnica e financeiramente) as cooperativas e desenvolvem projetos em diversas áreas, tais como: educação cooperativista às diversas comunidades (ribeirinhas, indígenas, seringueiros), conscientização ambiental, produção em larga escala de plantas medicinais, ecoturismo, atividades culturais, artesanato, pesca não predatória, fruticultura local e outras.

Vale salientar que muitos produtos oriundos destas cooperativas já conseguiram certificação ambiental de várias entidades ecológicas internacionais para que seus produtos sejam exportados, tais como: o artesanato, instrumentos musicais, plantas medicinais, peixes ornamentais, frutas tropicais, roupas e outros.

O cooperativismo na região norte do Brasil é o que possui menos cooperativas com 582 empreendimentos (ver tabela 1.3), tendo como destaque os estados do Pará e Rondônia que juntos representam mais de 50% das cooperativas, 80% dos cooperados e geram aproximadamente 45% dos empregos.

Tabela 1.3–Cooperativas, Cooperados e Empregados nos estados da Região Norte em 2003.

Estados	Cooperativas	Cooperados	Empregados
ACRE	36	5.422	126
AMAPÁ	62	2.581	161
AMAZONAS	91	14.635	721
PARÁ	232	96.269	977
RONDONIA	102	11.037	412
RORRAIMA	28	964	11
TOCANTINS	31	2.928	627
TOTAL	582	133.836	3.035

Fonte: OCB 2003.

Também será demonstrado que o cooperativismo nos estados da região Norte apresenta elevada diversificação com os seus ramos e sub-ramos (ver tabela 1.4), com destaque para as cooperativas do ramo agropecuário que possuem uma maioria de 187 instituições, sendo seguidos pelo sub-ramo de cooperativas de trabalhos diversos com 155 instituições e logo depois pelas cooperativas de transportes de carga e passageiros com 57 instituições.

Tabela 1.4-Cooperativas por Ramos e Sub-ramos nos Estados da Região Norte em 2003.

Ramo \ Estados	AC	AM	AP	PA	RO	RR	TO	Região
Agropecuário	9	19	19	80	36	11	13	187
Consumo	-	3	-	5	-	-	-	8
Crédito Luzatti	-	-	-	-	-	-	-	-
Crédito Mútuo	4	4	-	32	4	-	-	44
Crédito Rural	-	-	-	-	10	-	4	14
Educacional-Alunos Escolas Agrícolas	-	2	-	1	2	-	1	6
Educacional-Pais de Alunos	-	-	2	3	-	-	1	6
Especial	-	-	-	-	-	-	-	-
Especial-Escolar	-	-	-	-	-	-	-	-
Habitacional	1	3	-	5	1	-	-	10
Infra-estrutura	-	-	-	3	1	-	-	4
Mineral	-	-	3	6	2	1	1	13
Produção	1	1	4	11	-	1	-	18
Saúde-Médico	2	13	1	12	5	-	5	38
Saúde-Odontológico	1	1	1	-	1	1	-	5
Saúde-Psicólogos	-	1	-	-	-	-	-	1
Saúde-Usuários	-	1	-	-	-	-	-	1
Trabalho-Artesanal	-	1	-	2	1	-	-	4
Trabalho-Cultural	-	1	-	-	7	-	-	8
Trabalho-Diversos	17	38	14	49	28	5	4	155
Transportes Cargas e Passageiros	1	2	18	22	3	9	2	57
Turismo e Lazer	-	1	-	1	1	-	-	3
TOTAL	36	91	62	232	102	28	31	582

Fonte: OCB 2003.

A região Nordeste possui a segunda maior concentração de cooperativas do Brasil com 1.634 destes empreendimentos. É necessário frisar que o cooperativismo nordestino seguiu a tradição da economia regional, aonde se observa (ver Tabela 1.5) que os estados da Bahia e do Ceará são líderes regionais, também são respectivamente os líderes em

quantidades de cooperativistas e de empregos gerados nestas instituições, o estado de Pernambuco é o segundo colocado em quantidade de membros cooperados (superando o Ceará) e novamente a Bahia se destaca como líder absoluto.

Tabela 1.5 – Cooperativas, Cooperados e empregados nos estados do Nordeste em 2003.

Estados	Cooperativas	Cooperados	Empregados
ALAGOAS	72	20.205	1.768
BAHIA	396	113.031	2.764
CEARÁ	302	87.099	2.641
MARANHÃO	177	18.497	542
PARAIBA	138	29.164	957
PERNAMBUCO	249	105.190	2.323
PIAUI	92	15.775	521
RIO GRANDE DO NORTE	145	72.755	1.430
SERGIPE	63	9.001	246
TOTAL	1.634	470.717	13.192

Fonte: OCB 2003.

De acordo com Mc INTYRE *et alli* (2004), o cooperativismo nordestino segue a tendência econômica nacional no dinamismo agrícola, representado pelo ramo agropecuário, aonde foi constatado alguns contrastes que muitas vezes o distanciou da doutrina cooperativista, onde tais empreendimentos cooperativistas usaram as mesmas táticas de seus concorrentes no mercado em diversas regiões rurais, no qual se observa que as cooperativas nordestinas utilizaram o modelo agrário latifundiário agro-exportador (concentrador e excludente), onde tais cooperativas se tornaram a classe dominante em varias regiões e não favoreceram em nada aos pequenos agricultores; internamente muitos dirigentes de cooperativas acabaram criando uma máfia administrativa impondo regras absurdas aos demais cooperados e impedindo a entrada de novos agricultores na cooperativa.

De acordo com ABRANTES (2004), Mc INTYRE *et alli* (2003), o fato do cooperativismo agropecuário nordestino ter tido alguns desvios de comportamento doutrinário no passado, resultando numa falta qualitativa nas suas metas de mudanças sociais através de uma estrutura econômica, criando uma estrutura medíocre e similar a de seus concorrentes; este tipo de comportamento gerou indignação nos demais segmentos do cooperativismo nacional, aonde foi identificada a falta de ética por parte do cooperativismo

agrícola nordestino como sendo resultado de diversos fatores, tais como: falta de investimentos adequados em educação cooperativista que ocasionou um total desconhecimento da doutrina cooperativista, baixo nível de intercooperação, clima, falta de planejamento econômico (de curto, médio e longo prazo) por parte das cooperativas, falta de investimentos em Pesquisa e Desenvolvimento (P&D) e outras.

De acordo com LIMA (1999), a região Nordeste segue a tendência do cooperativismo nacional, aonde o ramo das cooperativas agropecuárias é nitidamente majoritário com 496 empreendimentos (ver tabela 1.6), sendo seguido pelo sub-ramo de trabalhos diversos com 392 cooperativas e em terceiro com o sub-ramo de Saúde-Médico com 160 empreendimentos. Frisando que existem expectativas e projeções de que o cooperativismo nordestino tenha elevações em quantidades no ramo de cooperativas de trabalho que tenderão a superar até mesmo as cooperativas agropecuárias nos próximos anos, devido às elevadíssimas taxas de desemprego que assolam a região.

Tabela 1.6-Cooperativas por Ramos e Sub-ramos nos Estados do Nordeste em 2003.

Ramo \ Estados	AL	BA	CE	MA	PB	PE	PI	RN	SE	Região
Agropecuário	15	119	101	63	56	44	48	40	10	496
Consumo	-	6	1	3	3	1	-	-	1	15
Crédito Luzatti	-	2	3	-	-	1	-	-	-	6
Crédito Mútuo	6	21	13	1	13	9	-	9	1	73
Crédito Rural	1	31	1	-	1	1	-	5	1	41
Educacional-Alunos Esc.Agríc	2	8	2	2	2	3	-	1	1	21
Educacional-Pais de Alunos	2	15	2	3	3	7	16	4	2	54
Especial	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Especial-Escolar	-	-	-	-	1	-	1	-	-	2
Habitacional	2	2	3	-	3	10	-	9	3	32
Infra-estrutura	-	-	12	2	10	13	5	8	1	51
Mineral	-	4	-	2	2	-	-	3	-	11
Produção	2	-	16	2	4	11	1	9	1	46
Saúde-Médico	11	39	33	7	8	33	9	8	12	160
Saúde-Odontológico	2	6	2	1	2	5	1	4	2	25
Saúde-Psicólogos	2	-	1	-	1	1	-	1	-	6
Saúde-Usuários	-	4	-	-	-	5	-	-	-	9
Trabalho-Artesanal	1	-	4	-	6	2	2	-	2	17
Trabalho-Cultural	-	1	4	1	2	4	-	3	-	15
Trabalho-Diversos	19	96	69	43	18	87	7	32	21	392
Transportes Cargas e Pass.	7	42	34	46	3	11	2	9	5	159
Turismo e Lazer	-	-	1	1	-	1	-	-	-	3
TOTAL	72	396	302	177	138	249	92	145	63	1.634

Fonte: OCB 2003.

A região Centro-Oeste é a que apresenta a penúltima colocação do cooperativismo nacional com 708 cooperativas, aonde o Distrito Federal é o primeiro colocado em quantidade de cooperativas e ficando em segundo em numero de cooperados e último na geração de empregos (ver Tabela 1.7), o estado do Mato Grosso fica em segundo colocado em cooperativas e empregados e em primeiro de cooperados, o estado de Goiás fica na terceira colocação de cooperativas e cooperados, más fica em primeiro em quantidade de empregados, finalmente vêm o estado do Mato Grosso do Sul com um fraco desempenho na última colocação nas quantidades de cooperativas e cooperados e em penúltima posição na quantidade de empregados.

Tabela 1.7 – Quantidade de Cooperativas, cooperados e empregados nos Estados da Região Centro-Oeste em 2003.

Estados	Cooperativas	Cooperados	Empregados
DISTRITO FEDERAL	231	101.798	1.450
GOIAS	193	75.832	5.478
MATO GROSSO	196	116.595	3.993
MATO GROSSO DO SUL	88	29.338	2.416
TOTAL	708	323.563	13.337

Fonte: OCB 2003.

De acordo com ABRANTES (2004) e Mc INTYRE *et alli* (2003), o terceiro setor foi fundamental para o crescimento da região Centro-Oeste, que teve inicio nos anos 80 com a implementação do Programa Nipo-Brasileiro para o Desenvolvimento do Cerrado (PRODECER), que teve o apoio dos governos brasileiros e japonês proporcionando investimentos e criação de cooperativas em todos os segmentos econômicos, tanto no campo (com as agrocooperativas), como nas novas cidades que fomentou a elevação na demanda por habitações e conseqüentemente a criação de cooperativas habitacionais.

Os investimentos oriundos da região Sul e Sudeste foram cedidos por cooperativas de crédito destinadas a pequenos e médios produtores agrícolas que se organizaram em agrocooperativas; tais cooperativas também tiveram o apoio de políticas públicas federais específicas para ocupação territorial do cerrado (da região Centro-Oeste).

Novamente o terceiro setor representado com as associações, cooperativas e ONGs colaboraram para o crescimento e o desbravamento da região, fomentando novas

cooperativas agropecuárias para as comunidades indígenas por meio do Programa e Desenvolvimento Agro-ambiental do Estado do Mato Grosso (PRODEAGRO), fornecendo educação cooperativista.

Vale salientar que nos últimos anos a região Centro-Oeste vem recebendo elevados investimentos no ramo agropecuário, inclusive com pesquisas em P&D que tem como finalidade de proporcionar valor agregado aos bens agrícolas, quantitativamente a região apresenta as cooperativas de trabalho diversos em maior quantidade (ver tabela 1.8), seguidas pelo ramo agropecuário com 139 empreendimentos, em seguida pelo ramo habitacional com 113 e pelas cooperativas de crédito mútuo com 66 instituições.

Tabela 1.8 – Quantidade das Cooperativas por Ramos (e Sub-ramos) nos Estados da Região Centro-Oeste em 2003.

Ramo \ Estados	DF	GO	MS	MT	Região
Agropecuário	10	45	29	55	139
Consumo	2	6	-	3	11
Crédito Luzatti	-	-	-	-	-
Crédito Mútuo	23	14	8	21	66
Crédito Rural	1	16	10	18	45
Educacional-Alunos Esc.Agríc	-	3	-	3	6
Educacional-Pais de Alunos	1	11	-	21	33
Especial	-	-	-	-	-
Especial-Escolar	-	-	-	-	-
Habitacional	107	4	1	1	113
Infra-estrutura	1	16	5	1	23
Mineral	-	1	-	5	6
Produção	-	1	1	-	2
Saúde-Médico	7	16	6	16	45
Saúde-Odontológico	2	6	3	4	15
Saúde-Psicólogos	1	1	1	-	3
Saúde-Usuários	1	-	-	-	1
Trabalho-Artesanal	1	2	-	-	3
Trabalho-Cultural	3	1	1	5	10
Trabalho-Diversos	55	33	19	37	144
Transportes Cargas e Pass.	16	17	4	6	43
Turismo e Lazer	-	-	-	-	-
TOTAL	231	193	88	196	708

Fonte: OCB 2003.

De acordo com Mc INTYRE *et alli* (2003), O cooperativismo na região Sudeste apresenta as suas peculiaridades onde o estado do Rio de Janeiro apresenta maior quantidade de cooperativas da região com 1.201 instituições mas paradoxalmente fica na terceira colocação quando se trata do número de cooperados com 213.950 e empregados com 7.217; o estado de São Paulo aparece na segunda colocação na quantidade de cooperativas em compensação dispara na primeira colocação no número de cooperados e de empregados; Minas Gerais é o terceiro em cooperativas e segundo na quantidade de cooperados e empregados e o Espírito Santo é o último colocado nas três categorias pesquisadas na região (ver Tabela 1.9).

Tabela 1.9– Quantidade de Cooperativas, Cooperados e Empregados nos Estados da Região Sudeste em 2003.

Estados	Cooperativas	Cooperados	Empregados
ESPIRÍTO SANTO	155	68.991	3.802
MINAS GERAIS	805	585.790	22.401
RIO DE JANEIRO	1.201	213.950	7.217
SÃO PAULO	1.000	2.271.147	38.108
TOTAL	3.161	3.139.878	71.528

Fonte: OCB 2003.

De acordo com BIALOSKORSKI NETO (2003), Seguindo a tendência de mercado, o cooperativismo brasileiro intensificou e diversificou suas atividades na região sudeste numa expansão horizontal e vertical, tanto nos centros urbanos se dedicando aos segmentos de serviços e produção industrial, como nas zonas rurais se dedicando a agropecuária exportadora, criando economias de escala e catalisando seus investimentos em atividades agroindustriais. Vale salientar que mesmo as cooperativas que não exportam, contribuem de algum modo com as cooperativas exportadoras, geralmente através da prestação de serviços, fornecendo insumos para produção de bens, fornecendo crédito, no transporte de mercadorias e outros.

O dinamismo do cooperativismo da região sudeste se deve em grande parte a combinação da abundância de financiamentos propiciado pelas numerosas cooperativas de crédito e o elevado nível de intercooperação na região que proporcionam vantagens competitivas para as cooperativas desta região em relação aos demais empreendimentos

convencionais (da região) e até para as demais cooperativas localizadas nas demais regiões do Brasil.

A região Sudeste do Brasil foi justamente aonde o cooperativismo brasileiro apresentou maior expressividade, contando com 3.161 empreendimentos cooperativistas em praticamente todos segmentos de mercado, ou seja, o sudeste é a região que concentra a maior quantidade e diversificação de cooperativas no Brasil, especialmente nos ramos de trabalhos diversos 933 empreendimentos (certamente que este ramo tenha se desenvolvido devido aos elevados índices de desemprego nas grandes metrópoles da região nos últimos anos), as cooperativas de crédito mútuo aparecem com 458, de transportes de cargas e passageiros com 385 e agropecuário com 373 cooperativas (ver Tabela 1.10).

Tabela 1.10– Quantidade das Cooperativas por Ramos (e Sub-ramos) nos Estados da Região Sudeste em 2003.

Ramo \ Estados	ES	MG	RJ	SP	Região
Agropecuário	22	170	60	121	373
Consumo	2	26	24	25	77
Crédito Luzatti	-	-	1	3	4
Crédito Mútuo	29	162	92	175	458
Crédito Rural	9	97	11	33	150
Educacional-Alunos Esc. Agríc.	3	12	1	1	17
Educacional-Pais de Alunos	18	29	31	40	118
Especial	-	-	-	-	-
Especial-Escolar	-	-	2	-	2
Habitacional	10	8	26	83	127
Infra-estrutura	-	3	12	18	33
Mineral	-	1	1	-	2
Produção	2	4	6	6	18
Saúde-Médico	21	99	77	100	297
Saúde-Odontológico	4	23	14	54	95
Saúde-Psicólogos	1	1	2	6	10
Saúde-Usuários	3	4	4	6	17
Trabalho-Artesanal	-	2	4	-	6
Trabalho-Cultural	-	5	22	11	38
Trabalho-Diversos	18	111	548	256	933
Transportes Cargas e Passageiros	13	47	263	62	385
Turismo e Lazer	-	1	-	-	1
TOTAL	155	805	1.201	1.000	3.161

Fonte: OCB 2003.

De acordo com RECH (2000), historicamente o cooperativismo da Região Sul do Brasil foi o que recebeu maior influência dos imigrantes europeus (italianos, alemães, russos, ucranianos, poloneses e outros), que trouxeram a experiência cooperativista de suas nações de origem, dinamizando primeiramente as relações econômicas no campo através das cooperativas agropecuárias e posteriormente para a criação e expansão de cooperativas em outras atividades urbanas.

A região Sul aparece no *ranking* nacional em terceiro lugar quantitativamente (ficando atrás das regiões sudeste e nordeste), mas em questões qualitativas é a região que apresenta os padrões mais elevados de crescimento do setor com auto nível de intercooperação e com forte tendência de mercado para fusões que vislumbram elevar suas exportações; contabilizando 1.270 cooperativas, dos quais o estado do Rio Grande do Sul aparece na liderança geral (em números de cooperativas, cooperados e empregados), seguido pelo estado de Santa Catarina no número de cooperativas e cooperados e o Paraná vem em segundo em quantidades de empregos gerados e em terceiro em cooperativas e cooperados (ver Tabela 1.11).

Tabela 1.11 – Quantidade de Cooperativas, Cooperados e Empregados nos Estados da Região Sul em 2003.

Estados	Cooperativas	Cooperados	Empregados
PARANÁ	208	293.579	32.038
RIO GRANDE DO SUL	747	875.810	34.454
SANTA CATARINA	315	628.332	14.452
TOTAL	1.270	1.797.721	80.944

Fonte: OCB 2003.

É necessário perceber que o elevado nível de fusões entre as cooperativas na região Sul do Brasil se faz necessário para a elevação e dinamização da produção, na criação de economias de escala, que são necessárias para obtenção de produtos e serviços com preços competitivos no mercado doméstico e internacional. O ramo cooperativista agropecuário lidera a região Sul quantitativamente com 324 empreendimentos, seguidas pelas de

trabalhos diversos com 281, as de crédito rural com 113 e Saúde-Médica com 102 instituições (ver Tabela 1.12).

Tabela 1.12–Quantidade das Cooperativas por Ramos (e Sub-ramos) nos Estados da Região Sul em 2003.

Ramo \ Estados	PR	RS	SC	Região
Agropecuário	68	200	56	324
Consumo	1	32	14	47
Crédito Luzatti	-	2	1	3
Crédito Mútuo	19	47	31	97
Crédito Rural	30	50	33	113
Educacional-Alunos Esc. Agríc.	10	8	14	32
Educacional-Pais de Alunos	1	7	3	11
Especial	-	1	2	3
Especial-Escolar	-	-	-	-
Habitacional	1	27	4	32
Infra-estrutura	11	19	31	61
Mineral	-	-	2	2
Produção	-	21	8	29
Saúde-Médico	26	44	32	102
Saúde-Odontológico	8	19	10	37
Saúde-Psicólogos	-	4	1	5
Saúde-Usuários	2	4	-	6
Trabalho-Artesanal	1	3	1	5
Trabalho-Cultural	-	6	7	13
Trabalho-Diversos	16	219	46	281
Transportes Cargas e Passageiros	13	30	19	62
Turismo e Lazer	1	4	-	5
TOTAL	208	747	315	1.270

Fonte: OCB 2003.

1.2- Gestão nas Cooperativas Brasileiras

De acordo com NASCIMENTO (2000), as cooperativas são organizações que necessitam serem estudadas não apenas pelo que fizeram, pelo que fazem atualmente ou pelo que pretendem fazer pelo futuro do Brasil, mas pela sua importância socioeconômica na qual estas instituições conseguem concentrar recursos e esforços, incluindo pessoas que possuem serias limitações orçamentárias no mundo dos negócios.

De acordo com Mc INTYRE & SILVA (2002c), numa cooperativa é necessário salientar que organizacionalmente, os cooperados são os proprietários e que todas as

decisões estratégicas são decididas nas reuniões em assembléia geral sendo respeitadas e cumpridas pela diretoria, gerência, conselho fiscal e demais membros que estejam ou não presentes na assembléia geral. Os cargos administrativos nas cooperativas são distribuídos por meio democrático com eleições periódicas que permitem que todos os membros rotativamente participem do processo decisório de gestão; além da gestão democrática e periodicamente rotativa, as cooperativas apresentam outras diferenças técnicas das empresas convencionais (ver Tabela 1.13).

Tabela 1.13-Quadro comparativo que demonstra as diferenças técnicas entre as Cooperativas e as Empresas Convencionais, 2004.

COOPERATIVAS	EMPRESAS CONVENCIONAIS
É uma sociedade de pessoas;	É uma sociedade de capital;
Numero ilimitado de pessoas;	Numero ilimitado de acionistas;
Objetivo principal é a produção de bens e serviços;	Objetivo principal é o lucro;
Controle democrático, uma pessoa um voto;	Controle acionário, cada ação um voto;
Na assembléia: quorum baseado no número de associados;	Na assembléia: Quorum baseado no capital;
Não é permitida a transferência das quotas-parte a terceiros, estranhos a sociedade;	É permitida a transferência das ações a terceiros;
Retorno proporcional ao valor das operações.	Dividendo proporcional ao valor das ações.

Fonte: Organização das Cooperativas de São Paulo (OCESP), 2004.

De acordo com SALLES (2002) e Mc INTYRE & SILVA (2002d), para administrar uma cooperativa é necessário potencializar habilidades humanas com o intuito de conviver com a heterogeneidade e a adversidade, dando enfoque nas relações interpessoais e no aproveitamento dos recursos do empreendimento, no qual os cooperados são proprietário, mão de obra e usuário.

Nas cooperativas os gestores criam as diretrizes, fazem planejamento econômico, implementam e avaliam o rendimento e a produtividade para realocar esforços e otimizar

recursos. Seguindo tal premissa a gestão cooperativista instaura regras conforme o mercado para desenvolver atividades econômicas que possam ser transformadas em ganhos sociais.

De acordo com Mc INTYRE & SILVA (2002b), a diretoria de uma cooperativa tem a obrigação de implementar política industrial cooperativista (planejamento econômico nas cooperativas não industriais) no curto, médio e longo prazo, dependendo da atividade econômica e estrutura de mercado; os administradores numa cooperativa também usam técnicas de gestão que são usadas por empresas convencionais, tais como: *marketing*, publicidade, finanças, planejamento estratégico, plano de negócios e outras. Desde que tais técnicas não choquem com a doutrina cooperativista, que tem como meta conseguir unir a atividade de mercado com ganhos sociais para seus respectivos membros e para a economia.

As cooperativas como organização econômica realizam transações comerciais de diversas formas como realizar contratos e parcerias com outras cooperativas (podendo ser do mesmo ramo ou não), associações, fundações, empresas convencionais (privadas ou públicas) e organizações não governamentais, seja na produção de bens e na prestação de serviços, além de poderem participar de licitações.

Quanto mais eficientes forem os gestores nas cooperativas, maior será a geração de trabalho a um custo reduzido, levando em consideração os ganhos e interesses dos membros cooperados, de seus clientes e funcionários. Vale salientar que o real objetivo de um empreendimento cooperativista é o equilíbrio em desenvolver atividades econômicas, sem esquecer as questões sociais, cabendo aos cooperados a total responsabilidade por suas ações e tendo como meta que as cooperativas contribuam para redistribuir renda, proporcionando desta forma uma melhor autonomia de trabalho para seus membros cooperados.

De acordo com CRUZIO (2003) e RECH (2000), no atual estágio das economias globalizadas, torna-se necessário que os cooperados examinem todas as oportunidades de negócios com o intuito de expandirem suas atividades econômicas nos mais variados ciclos de negócios; justamente nestes momentos de incertezas econômicas que a educação faz a grande diferença, principalmente para as cooperativas que atuam no comércio exterior, na implementação de futuros projetos e até na sobrevivência das cooperativas em mercados

tão competitivos. A educação entra em cena para difundir e democratizar novos conhecimentos, informações e novas técnicas de trabalho para que a cooperativa possa moderniza-se aumentando sua produtividade oferecendo aos seus consumidores um produto ou serviço com maior qualidade com preços bem competitivos no mercado.

De acordo com BIALOSKORSKI NETO (2003) e CRÚZIO (2002), nas cooperativas os gerentes da área de recursos humanos devem estar sempre atentos para utilização de programas educacionais para com os seus liderados, podendo implementar cursos técnicos, palestras, seminários, documentários e debates para que os cooperados mantenham-se totalmente informados sobre tudo que esta acontecendo na cooperativa ou que ainda irá acontecer e para tal façanha é necessário saber como proceder nas mais variadas funções e decisões.

As cooperativas têm um compromisso ético com a sociedade, seus membros cooperados e funcionários, optando por campanhas publicitárias educativas para expor ao público as potencialidades de seus bens e serviços que estão sendo ofertados no mercado (doméstico e internacional), trabalhando para satisfazer os seus clientes.

De acordo com VEIGA & FONSECA (2002), desde a formação das primeiras cooperativas durante a primeira revolução industrial na Europa, que foi estabelecido princípios para a doutrina cooperativista a nível internacional que tem como finalidade de balizar este movimento econômico justificando suas atividades e facilitar o funcionamento via gestão, são elas: Adesão voluntária e livre, gestão democrática, participação econômica dos membros, autonomia e independência, educação, intercooperação e preocupação com a comunidade.

(i) Doutrina de Adesão Voluntária e Livre

As cooperativas são instituições voluntárias e abertas a todas as pessoas aptas a usarem seus serviços e dispostas a assumirem responsabilidades como membros, sem discriminação ou segregação social, racial, sexual, política e religiosa.

(ii) Doutrina da Gestão Democrática

A gestão democrática é uma característica das cooperativas que são controladas pelos seus respectivos membros que participam ativamente na formação de suas políticas e

na tomada de decisões. Os homens e mulheres que são eleitos na assembleia geral são os representantes legais dos demais membros até a próxima eleição, aonde todos os cooperados democraticamente possuem o mesmo direito de voto.

(iii) Doutrina da Participação Econômica dos Membros

Numa cooperativa seus membros contribuem equitativamente e controlam democraticamente a formação do capital. Aonde uma parte desta capital é propriedade comum dos cooperados, periodicamente os membros recebem juros limitados (se houverem) sobre o capital como condição da sociedade.

Nas cooperativas são os membros que decidem por via democrática com a aprovação de assembleia geral o destino das somas financeiras, que poderá ser utilizado para formação de reservas, no desenvolvimento da cooperativa, programas de benefícios sociais, retorno aos cooperados (na proporção de suas atividades realizadas com a cooperativa) e outras atividades.

(iv) Doutrina da Autonomia e Independência

As cooperativas são instituições autônomas de ajuda mútua, controladas pelos seus respectivos membros. Mesmo que ocorram acordos com outras instituições (mesmo que seja com órgãos públicos) ou que recorra a capital externo, deverá ser feito de forma que preserve o caráter de seu controle democrático a seus membros mantendo a sua autonomia de ação na sociedade.

(v) Doutrina da Educação, Formação e Informação.

As cooperativas devem promover e democratizar o conhecimento entre todos os seus membros cooperados, funcionários, estagiários e familiares próximos, com objetivo de que estas pessoas que estão envolvidas no funcionamento da instituição (direta ou indiretamente) possam contribuir melhor para o desenvolvimento do cooperativismo, ocasionando uma democratização da informação ao público em geral sobre as vantagens do modelo de produção e trabalho cooperativista.

(vi) Doutrina da Intercooperação

As cooperativas devem fortalecer o movimento cooperativista através de um trabalho estratégico e articulado com outras cooperativas, sejam elas, locais, regionais,

nacionais e internacionais, com o intuito de fortalecer suas atividades econômicas e servirem de forma mais eficaz para com seus respectivos membros e toda a sociedade.

(vii) Doutrina da Preocupação com a Comunidade

As cooperativas devem trabalhar para o crescimento sustentável das suas respectivas comunidades, através de políticas aprovadas por seus membros, promovendo ações que possibilitem o progresso econômico, social e ambiental.

2- COOPERATIVAS BRASILEIRAS E O COMERCIO EXTERIOR

2.1 – O Desempenho das Cooperativas exportadoras brasileiras

De acordo com pesquisas realizadas pela Organização das Cooperativas Brasileiras (OCB, 2004) em parceria com a Receita Federal (2004) e o Ministério do Desenvolvimento da Indústria e Comércio (MDIC, 2004), demonstram que no Brasil as cooperativas de trabalho são líderes em atividades econômicas; mas são as agrocooperativas que mais atuam no comércio internacional, seguindo uma tendência da economia brasileira de exportar produtos oriundos do agronegócio. Até mesmo as cooperativas que não exportam como as cooperativas de trabalho e de crédito contribuem através das doutrina da intercooperação em suas respectivas atividades econômicas para que as agrocooperativas exportadoras tenham vantagens competitivas em relação aos produtores agrícolas convencionais.

De acordo com a OCB (2003), as nossas cooperativas foram responsáveis no ano de 2003 por aproximadamente 6% do Produto Interno Bruto (PIB) que correspondeu a um faturamento anual de R\$ 50 bilhões e a 3% das exportações brasileiras com 1,3 bilhões de dólares.

De acordo com CRÚZIO (2003), existem no Brasil 7.355 cooperativas com aproximadamente 6 milhões de cooperados que geram de forma direta 182 mil empregos, lembrando que o cooperativismo brasileiro gera 50% mais postos de trabalho que todo o setor automobilístico instalado no Brasil que recebe do governo brasileiro incentivos à produção, seria interessante que as instituições governamentais brasileiras estendessem o mesmo tratamento para as cooperativas dando-lhes incentivos a produção.

O panorama econômico das exportações diretas de nossas cooperativas em 2004 excedeu as melhores expectativas, decorrente de diversos fatores, tais como: uma significativa melhora nos preços do mercado internacional, com uma manutenção de condição favorável no câmbio para as exportações e uma diversificação e melhora nos produtos que são exportados pelas cooperativas brasileiras.

De acordo com a OCB (2004) e da Receita Federal (2004), demonstram que as exportações diretas de nossas cooperativas em 2004 foram de USD 2.003 milhões (USD 2.003.239.764,30), representando uma elevação de 53% em relação ao ano de 2003 que

tiveram exportações de 1.304 milhões. Salientando que em relação ao volume exportado o ano de 2004 correspondeu a 7.192.919 toneladas, que representou uma elevação de 34% se comparado ao ano de 2003 que foi de 5.339.316 toneladas.

Vale ressaltar que o bom desempenho das nossas cooperativas exportadoras em 2004 deve-se principalmente a exportação de produtos como a soja e seus derivados, carnes (suína, bovina e frango), açúcar, café e trigo; com a soma das exportações destes cinco principais produtos citados que individualmente apresentaram os maiores valores exportados, representando aproximadamente 93% do total exportado por nossas cooperativas.

De acordo com o MDIC (2004) e a OCB (2004), ainda é cedo para traçar previsões de crescimento para as nossas cooperativas no ano de 2005, mas com certeza haverá melhoras para as cooperativas pecuaristas exportadoras de carnes de frango e bovina, devido ao fato de ocorrer um aumento na demanda e uma diminuição na oferta das nações concorrentes do Brasil, causadas pelas contaminações da gripe do frango (ocorridas em países asiáticos e nos Estados Unidos) e do mal da vaca louca (ocorridos na Europa, Canadá e Estados Unidos); caso sejam mantidas as mesmas condições favoráveis no mercado internacional que ocorreram em 2004 motivadas pelas restrições aos nossos concorrentes, com certeza a tendência é que certamente será um ano proveitoso para as exportações das nossas cooperativas em 2005.

As exportações de soja e seus derivados realizados pelas cooperativas brasileiras em 2004 somaram um total de USD 850.341.799 com um crescimento de 46% em comparação a 2003, em seguida surge o açúcar que em 2004 apresentou uma cifra de USD 412.600.090 apresentando uma elevação do total exportado de 50% se comparado com o ano de 2003 (ver tabela 2.1 a seguir que mostrará os produtos exportados pelas cooperativas brasileiras, a variação e sua participação em 2004), os produtos oriundos de carnes de animais (bovinos, suínos e frango) em 2004 somam USD 379.309.017 apresentando um crescimento de 50% em suas exportações se comparado com o ano de 2003, o café apareceu em 2004 com uma elevação em suas exportações de 62% comparado com o ano de 2003 somando USD 133.745.531 e surpreendentemente o trigo apareceu com USD 83.416.604 que correspondeu a uma elevação de 1.684% se comparado ao ano anterior (2003).

O item classificado como demais produtos que aparece em quarto lugar apresentou um total exportado de USD 108.056.045 em 2004 e obteve uma elevação de 33% em relação a 2003 (ver tabela 2.1), sendo composto pelos mais diversos produtos, tais como: frutas frescas, suco de laranja, vinhos, milho, própolis, mel, geléia real, cera de abelha, pólen em tablete, pimenta, flores, camarão, laticínios, alimentos enlatados, fertilizantes, manteiga, álcool, artesanato, roupas, calçados, embalagens, recipientes, minérios, ferramentas, máquinas, peças para automóveis (tratores, carros de passeio, camionetes e caminhões) e outros.

Tabela 2.1–Exportações das Cooperativas Brasileiras por Grupos de Produtos em 2003 e 2004 (USD FOB).

Produto	2004 (a)	2003 (b)	Variação %	Participação % Ano 2004
	USD	USD	<i>a/b</i>	
Soja e Derivados	850.341.799	581.112.361	46	42
Açúcar de Cana	412.600.090	274.968.087	50	21
Produção Animal	379.309.017	253.128.856	50	19
Café	133.745.531	82.516.119	62	7
Demais Produtos	143.880.723	108.056.045	33	7
Trigo	83.416.604	4.675.900	1.684	4
Total Geral	2.003.293.765	1.304.457.368	54	

Fonte: Secretaria da Receita Federal – SRF e Sistema ALICE
Elaboração: GETEC/OCB, 2004.

A produção e exportação de trigo realizado por nossas cooperativas em 2004 excederam a todas as perspectivas da OCB, lembrando que a economia brasileira não possui tradição no plantio e comercialização deste produto (muito menos com atuação nas exportações), a diversificação e qualidade dos bens produzidos pelas agrocooperativas brasileiras, demonstram a audácia e competência destas instituições (ver tabela 2.2); aonde o trigo já figura entre os produtos mais exportados pelas cooperativas nacionais, frisando que nos anos anteriores o trigo estava agregado aos demais produtos.

Um dos motivos que explicam esta elevação na produção por parte das cooperativas brasileiras seria resultado da troca de um intenso intercâmbio comercial e técnico entre as nossas cooperativas com as cooperativas argentinas que possuem tradição na produção e exportação de trigo.

Tabela 2.2–Exportações das Cooperativas Brasileiras por Grupos de Produtos de 2000 a 2004 (USD FOB).

Produtos de grupos	2000 (%)	2001 (%)	2002 (%)	2003 (%)	Primeiro Semestre de 2004 (%)	2004 (%)
Soja e derivados	42%	33%	37%	45%	43%	42%
Açúcar de cana	29%	31%	31%	21%	26%	21%
Produção animal	10%	13%	18%	18%	3%	19%
Café	18%	8%	6%	6%	1%	7%
Demais produtos	1%	15%	8%	9%	14%	7%
Trigo	-	-	-	-	13%	4%

Fonte: OCB e Sec. Rec. Federal, ano 2004.

É fascinante observar um paradoxo comercial em relação ao trigo na economia brasileira, já que o Brasil importa trigo devido ao fato da produção nacional ser insuficiente para abastecer o mercado doméstico, as agrocooperativas brasileiras acreditam que possam obter preços satisfatórios pelo trigo no Brasil e justificam que estrategicamente a intenção de exportar o trigo é desbancar a hegemonia dos moinhos (no cenário interno) com o intuito de eliminar estes atravessadores do mercado e buscar melhores preços no mercado internacional; o pioneirismo destas cooperativas no comércio exterior foi um sucesso em 2004 com ganhos na exportação de USD 83.416.604, evidenciando que neste ano de 2005 a aposta na produção e exportação será ainda maior. Porém ainda é cedo para confirmar se as exportações de trigo continuarão a manter tal desenvoltura, se consolidando como um produto exportado com regularidade pelas cooperativas brasileiras.

Pesquisas da OCB (2004), demonstram que as exportações das nossas cooperativas cresceram em volume e receita no primeiro semestre de 2004, conseguindo um recorde histórico para um primeiro semestre, gerando uma receita de US\$ 1,054 bilhão correspondendo a um volume embarcado de 4.049 milhões de toneladas, ou seja, ocorreu uma elevação de 85% em relação ao valor da receita de nossas exportações e um aumento de 73% no volume embarcado comparando ao primeiro semestre de 2003.

De acordo com o MDIC (2004) e a OCB (2004), nunca as nossas cooperativas haviam superado a marca de 1 bilhão de dólares num primeiro semestre antes, vale lembrar

que em 2003 as exportações ficaram em US\$ 571 milhões no primeiro semestre e em US\$ 730 milhões no segundo semestre, frisando que tradicionalmente as nossas cooperativas sempre tiveram a tendência de mercado de exportarem em maior quantidade no segundo semestre, este crescimento no primeiro semestre de 2004 foi motivado pelo aumento das exportações brasileiras e pela elevação nos preços internacionais dos principais produtos agropecuários que são comercializados pelos nossos empreendimentos cooperativistas (ver tabela 2.3).

Tabela 2.3-Alguns produtos Exportados pelas Cooperativas Brasileiras
(Comparação 2003/2004).

PRODUTO	2003 US\$ FOB	2004 US\$ FOB	Variação % 2004/2003
OUTROS GRAOS DE SOJA,MESMO TRITURADOS	267.963.478	413.710.881	54,4
BAGACOS E OUTS.RESIDUOS DA EXTR.DO OLEO DE SOJA	214.153.302	351.027.804	63,9
OUTS.ACUCARES DE CANA,SACAROSE QUIM.PURA,SOL.	241.348.090	266.526.718	10,4
PEDACOS E MIUDEZAS,COMEST.DE GALINHAS,CONG	120.034.193	185.448.396	54,5
CAFE NAO TORRADO,NAO DESCAFEINADO,EM GRAO	82.664.923	133.707.878	61,7
ALCOOL ETILICO N/DESATURADO C/VOL.	17.910.754	113.808.201	535,4
OUTRAS CARNES DE SUINO,CONGELADAS	42.491.397	88.579.965	108,5
MILHO EM GRAO,EXCETO PARA SEMEADURA	72.885.769	86.664.605	18,9
TRIGO E TRIGO C/CENTEIO	4.675.900	83.273.604	1.680,9
OLEO DE SOJA,EM BRUTO,MESMO DEGOMADO	91.930.564	72.376.898	-21,3
ACUCAR DE CANA,EM BRUTO	15.688.630	30.687.930	95,6
CARNES GALINHAS,N/CORTADAS EM PEDAC OS,CONGEL	26.266.280	26.628.043	1,4
CARNES DESOSSADAS DE BOVINO,CONGELADAS	9.407.375	22.488.081	139,0
CARNES DESOSSADAS DE BOVINO,REFRIGERADAS	16.844.803	19.200.586	14,0
CARCACAS DE SUINO,CONGELADAS	26.378.416	14.132.266	-46,4
UVAS FRESCAS	8.848.190	11.870.275	34,2
QUEIJO TIPO MUSSARELA,FRESCO (NAO CURADO)	551.670	5.077.961	820,5
OUTS.CALCADOS DE MATERIA TEXTIL,	246.749	2.651.207	974,5
OUTS.LEITES,CREMES,EM PO.	0	2.097.022	-
MACAS FRESCAS	251.479	1.610.527	540,4
FLORES E SEUS BOTOES,FRESCOS,CORTADOS	150.291	980.245	552,2
MANGAS FRESCAS OU SECAS	0	445.807	-
OUTROS CALCADOS DE COURO NATURAL	14.265	435.728	2.954,5
CASTANHA-DO-PARA,FRESCA OU SECA,SEM CASCA	0	221.540	-
OUTROS CALCADOS DE COURO NATURAL,	0	203.429	-
FIOS DE SEDA	0	167.582	-
OUTROS VINHOS,MOSTOS DE UVAS.FERM.IMPED.	8.881	128.380	1.345,6
CASTANHA-DO-PARA,FRESCA OU SECA,COM CASCA	0	110.008	-
CAFE TORRADO,NAO DESCAFEINADO	0	105.428	-
ARROZ SEMIBRANQUEADO,ETC.PARBOILIZADO,	3.003	23.619	686,5
VELAS,PAVIOS,CIRIOS E ARTIGOS SEMELHANTES	2.479	21.258	757,5
COBERTORES E MANTAS,DE ALGODAO,NAO ELETRICOS	1.687	11.283	568,8
OUTROS FEIJOES COMUNS,PRETOS,SECOS,EM GRAOS	730	9.368	1.183,3
MISTURAS DE FRUTAS PREPARADAS,CONSERVADAS	800	6.606	725,8
CORTINAS,SANEFAS,ETC.DE ALGODAO,EXC.DE MALHA	47	947	1.914,9

Fonte: MDIC e OCB, 2004.

De acordo com pesquisas do MDIC (2004), os principais bens produzidos e exportados por nossas agrocooperativas no primeiro semestre de 2004 tiveram uma significativa elevação nos preços internacionais, tais como: a carne suína com a elevação de 41%, o milho de 10%, o café em grão 36,8%, o algodão com 18,2% e o farelo de soja com 38,9%.

O cooperativismo agrícola no Paraná atualmente tem se apresentado com grande destaque nacional, sendo o responsável por 48 % das exportações de nossas cooperativas referente a 2004, gerando uma receita de US\$ 992.211.288 com produtos exportados para 60 países. As exportações das cooperativas paranaenses apresentam a mesma tendência do cooperativismo exportador nacional, com uma pequena diferenciação no segmento econômico de produção animal (aves e carnes) que exportam seus bens dando valor agregado, tendo como destino as nações da Europa e Oriente Médio.

De acordo com ABRANTES (2004), OLIVEIRA (2003) e CRÚZIO (2003), apesar da doutrina cooperativista ser a mesma em todo o mundo, o cooperativismo brasileiro se desenvolveu de forma assimétrica, ou seja, cresceu vigorosamente mais em determinadas regiões e cidades do que noutras pelos mais diversos motivos, tais como: nível educacional, facilidades de acesso a crédito, espírito solidário e pioneiro (fundamental para um cooperado), maior grau de intercooperação entre estas instituições em determinadas regiões, criar economias de escalas e outros.

No cooperativismo exportador brasileiro, percebem-se algumas assimetrias no crescimento do comércio exterior destas instituições, aonde existem grandes concentrações de cooperativas exportadoras em determinados estados, enquanto existem estados aonde as cooperativas apresentam baixo volume de exportação; vale salientar que no Brasil existem estados com alta concentração de cooperativas, porém boa parte destas cooperativas apresentam vícios anti-exportador, seja por falta de conhecimento do mercado internacional ou por acomodação no mercado doméstico. Tais afirmativas são percebidas nas tabelas a seguir (2.4 e 2.5), aonde será exposto às quantidades e a evolução das exportações das nossas cooperativas nos diversos estados brasileiros que cronologicamente vai de 1990 até 2004, também será exposto um gráfico (2.1), que condensará as informações permitindo uma melhor visualização do setor nos últimos quinze anos.

Tabela 2.4 – Exportação das Cooperativas Brasileiras por Unidades da Federação em milhões (entre os anos de 1990 a 2002).

Estados	1990	1991	1992	1993	1994	1995	1996	1997	1998	1999	2000	2001	2002
Paraná	261	287	216	218	278	340	354	461	293	268	313	475	540
São Paulo	22,7	38,9	146	225	164	368	393	319	459	427	224	364	331
Rio Grande do Sul	69,9	33,8	58,4	107	83,0	52,9	46,0	54,3	25,2	11,8	12,0	87,6	35,7
Santa Catarina	3,43	2,91	7,61	6,96	14,7	14,8	16,2	20,2	28,9	23,5	31,6	57,2	64,1
Minas Gerais	24,5	45,3	38,4	53,1	98,8	81,5	107	152	138	147	135	97,1	76,8
Goias	0	0	2,89	5,56	13,2	1,47	13,6	9,31	6,63	14,2	23,7	27,6	27,1
Mato Grosso do Sul	2,95	1,79	2,53	3,47	18,3	11.643,448	11,1	4,40	2,61	0,48	0,11	1,94	1,62
Mato Grosso	0	1,68	8,24	5,79	9,92	0,73	0	6,01	3,40	7,51	11,0	1,91	3,85
Bahia	1,57	5,80	6,27	9,28	0,60	0	1,25	0,99	1,82	5,16	3,31	1,31	3,89
Tocantins	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0,11	0,77	0,97
Pará	0	0	0	0	0,02	0,79	1,47	0,87	1,71	1,23	1,99	1,80	2,65
Pernambuco	0,01	0,01	0,06	3,45	0,37	0,03	0	0	0	0	0	1,54	0,09
Espírito Santo	0	0	0,05	0,01	0,18	0,34	0,41	0,35	0,01	0	0,46	0,94	0,87
Maranhão	0	0	0	0	0,03	6,16	19,7	27,0	20,7	13,9	0,16	0,10	0,11
Rio Grande do Norte	0	0,01	0,01	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Alagoas	53,5	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0,02	0,04
Rio de Janeiro	0	0	0	0,01	0	0	0,01	0	0,01	0,01	0,01	0	0,01
Roraima	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Acre	0	0	0	0,04	0,01	0	0,05	0	0	0	0,04	0,07	0
Amapá	0	0	0	0	0	0	0	0	0,02	0	0	0	0
Amazonas	0	0	0	0	0,10	0	0,01	0,01	0,06	0,03	0,04	0,13	0
Ceará	0	0	0,92	0	0	0,62	0,06	0,19	0	0	0	0,01	0
Consumo de Bordo	0	0	0	0	0,04	0,01	0	9,66	0,79	0,03	3,79	11,8	0
Distrito Federal	0	0	0	0	0,01	1,61	0	0	0,01	0,54	0,40	0	0
Mercadoria Nacionalizada	0	0	0	0	0,01	0	0	0,13	0	0	0,02	0,28	0
Paraíba	0	0	0,05	0,89	0,03	0	0	0	0	0	0	0	0
Piauí	0	0	0	0,03	0,05	0	0,11	0,12	0,04	0,05	0	0,06	0,12
Reexportação	0	0	0	0	0,01	0	0	0	0	0	0	0	0
Rondônia	0	1,87	0	0	0	0	0	0	0	0,19	0,67	1,58	0,24
Total	439	419	488	639	683	881	965	1.066	984	922	762	1.134	1.089

Fonte: MDIC, 2004.

Tabela 2.5 – Exportação das Cooperativas Brasileiras por Unidades da Federação (comparação entre os anos de 2003 e 2004).

ESTADOS	JANEIRO/DEZEMBRO-2003		JANEIRO/DEZEMBRO-2004		Variação % 2004/2003	
	US\$ FOB	KG	US\$ FOB	KG	US\$ FOB	KG
PARANA	663.743.188	2.880.562.893	992.211.288	3.655.014.764	49,5	26,9
SAO PAULO	279.419.695	1.602.016.649	412.685.955	2.157.425.605	47,7	34,7
RIO GRANDE DO SUL	95.286.865	330.453.729	220.655.380	798.416.620	131,6	141,6
MINAS GERAIS	75.474.031	68.892.498	124.000.940	91.937.351	64,3	33,5
SANTA CATARINA	94.754.627	227.303.100	119.924.637	198.684.633	26,6	-12,6
GOIAS	36.419.338	73.652.723	55.662.742	120.429.814	52,8	63,5
MATO GROSSO DO SUL	33.357.583	124.691.492	30.527.103	117.899.152	-8,5	-5,4
MATO GROSSO	7.764.510	20.789.344	18.360.744	37.536.970	136,5	80,6
BAHIA	9.134.536	6.684.031	10.248.962	5.530.119	12,2	-17,3
TOCANTINS	3.700.860	3.511.916	9.349.291	5.969.519	152,6	70,0
ESPIRITO SANTO	1.756.131	274.575	2.274.938	248.573	29,5	-9,5
PERNAMBUCO	439.315	223.440	2.126.370	823.636	384,0	268,6
RIO DE JANEIRO	15.731	73.349	2.094.184	1.163.552	13.212,5	1.486,3
PARA	2.387.987	1.306.114	1.653.218	925.874	-30,8	-29,1
ACRE	0	0	331.548	258.320	-	-
ALAGOAS	18.114	21.029	313.208	860.387	1.629,1	3.991,4
PIAUI	51.102	11.022	154.504	25.090	202,3	127,6
MARANHAO	104.976	38.880	104.976	38.880	0,0	0,0
AMAZONAS	0	0	25.371	1.489	-	-
PARAIBA	0	0	1.947	51	-	-
RORAIMA	10.914	10.700	0	0	-100,0	-100,0
Total	1.303.839.503	5.340.517.484	2.002.707.306	7.193.190.399	53,6	34,7

Fonte: MDIC, 2004.

De acordo com NASCIMENTO (2000) e RIOS (1998), vários foram os motivos que limitaram o crescimento do cooperativismo exportador brasileiro, com certeza a principal razão foi a falta de instituições financeiras fortes que disponibilizassem linhas de créditos mais adequadas à realidade dos nossos empreendimentos cooperativistas, tal escassez de recursos financeiros começou a dar sinais de mudança quando o Conselho Monetário Nacional autorizou na metade da década 90 as cooperativas de crédito a se estruturarem como bancos comerciais, foi quando as agrocooperativas conseguiram investimentos adequados para desempenharem suas atividades nos segmentos agropecuários voltadas para o comércio exterior.

Gráfico 2.1- Evolução das Exportações das Cooperativas Brasileiras de 1990 até 2004



Fonte : Sec. Rec. Federal - Sistema ALICE e Núcleo Banco de Dados OCB Elaboração : GETEC/OCB

2.2- Estratégias das Cooperativas para Abertura de Novos Mercados: Um Estudo de Casos de Sucesso

De acordo com a OCB (2004), as cooperativas exportadoras brasileiras tiveram que desenvolver estratégias econômicas para abrir novos mercados, entre os mais diversos países importadores dos produtos exportados por nossas cooperativas no ano de 2004 destacam-se a China, a Alemanha e os Emirados Árabes Unidos (ver Tabela 2.6), sendo necessário frisar que foi identificada a existência de vantagens competitivas no modelo de produção e exportação cooperativista em relação aos produtores agrícolas e empresas convencionais brasileiras, principalmente quando se trata de exportar para o mercado Europeu, onde é claramente identificada a existência de cadeias produtivas cooperativista exportadoras brasileiras interagindo com sistemas cooperativistas de importadores e consumidores da Europa.

Tabela 2.6 – Exportação das Cooperativas Brasileiras em 2004 (para as 10 primeiras nações de destino).

PAIS DESTINO	FOB US\$	PESO LIQ
China	328.275.260,06	1.101.664.180,00
Alemanha	198.304.641,11	716.023.801,11
Emirados Árabes Unidos	132.934.211,32	779.034.269,95
Franca	114.293.633,51	500.723.973,61
Holanda	108.463.275,78	337.022.221,62
Japão	101.300.084,76	84.637.857,09
Rússia	92.806.094,63	89.976.066,60
Espanha	72.472.655,88	342.137.297,13
Estados Unidos	67.105.449,25	156.211.498,75
Argélia	61.237.911,67	338.775.992,40

Fonte: OCB e Receita Federal, 2004.

As cooperativas brasileiras firmam contratos estratégicos com as cooperativas de varejo e de consumo européias (Doutrina da Intercooperação) que importam e auxiliam nossas cooperativas nos procedimentos para conseguirem exportar para o mercado europeu com o intuito de obterem um êxito satisfatório para ambos os lados; com o auxílio da legislação de alguns países desenvolvidos que reconhecem o selo de qualidade cooperativista (países membros da União Européia, Canadá, China, Rússia e outros), nestes países, os produtos são isentos de algumas tarifas e dependendo da situação e do produto podem ser isentos até de todas as tarifas.

Vale salientar que a legislação dos países da União Européia permite que ONGS (Organizações não governamentais), fundações, cooperativas de consumo e varejo importem alimentos que sejam destinados para o consumo de cidadãos de baixa renda, onde os governos diminuem e até isentam as tarifas dos produtos importados que se destinam para este fim, com o objetivo claro que este alimento chegue com um preço abaixo do preço que é praticado pelo mercado, como exemplo a Alemanha em 2004 importou USD 198.304.641,11 de nossas cooperativas, frisando que a Alemanha é a nação importadora que possui a pauta mais diversificada dos produtos das cooperativas brasileiras, tais como: soja, óleo de soja, café, frutas frescas, carnes (de frango e bovina), suco de laranja, cachaça, pimenta e outros.

De acordo com LIMA (1999) e RECH (2000), outra grande vantagem competitiva das nossas cooperativas em relação aos produtores agrícolas convencionais é que as nossas agrocooperativas recorrem aos financiamentos das cooperativas de crédito que fornecem taxas de juros e tarifas abaixo do preço de mercado, que é praticado pelos bancos, novamente por serem cooperativas elas recorrem a outras cooperativas de trabalho (via terceirização) prestadoras de serviço, tais como: cooperativas de transporte, cooperativas de agrônomos e veterinários, cooperativas de contadores, cooperativas de serviços gerais, cooperativas de vigilantes, cooperativas de consultores e muitas outras cooperativas que cobram preços abaixo do preço de mercado, ocasionando uma considerada minimização de custos e dando uma nítida vantagem para as nossas cooperativas agrícolas exportadoras.

De acordo com a OCB (2004), apesar do mercado americano impor duras barreiras protecionistas aos produtos agrícolas brasileiros, as cooperativas exportadoras brasileiras não se contentaram e rapidamente estão compensando as perdas de boa parte do mercado consumidor americano, abrindo rapidamente novos mercados no comércio exterior e buscando novos mercados como a China que ficou em segundo maior importador em 2003 das cooperativas brasileiras num montante de USD 156 milhões, mas em 2004 os chineses conseguiram alcançar a cifra de USD 328.275.260,06 e se tornaram a principal nação importadora, frisando que a maioria dos importadores chineses de nossas cooperativas também são cooperativas de varejo e de consumo (doutrina da Intercooperação), já que a China é um grande seletor cooperativista, os principais produtos importados pelos chineses foram: Complexo soja (USD 318 milhões), carne suína (USD 4,8 milhões), carne de frango (USD 4 milhões), café, frutas frescas, cera de abelha, algodão e outros.

De acordo com RICCIARDI & LEMOS (2000), outro grande mercado consumidor que se abre para as nossas cooperativas é o atual mundo árabe composto por países do Oriente Médio e Norte da África que atualmente possuem um mercado aproximado de 1 bilhão de consumidores, aonde foi observada uma vantagem comparativa na qual as cooperativas brasileiras do setor de agropecuária exportam alimentos (atividade na qual nossas cooperativas se saem muito bem) para os países que compõem a liga das nações árabes (que por sinal são países desérticos e importadores de alimento e exportadores de petróleo), que acabaram se tornando grandes consumidores dos nossos produtos agrícolas, dando nítida preferência aos produtos de nossas cooperativas agropecuárias devido ao fato

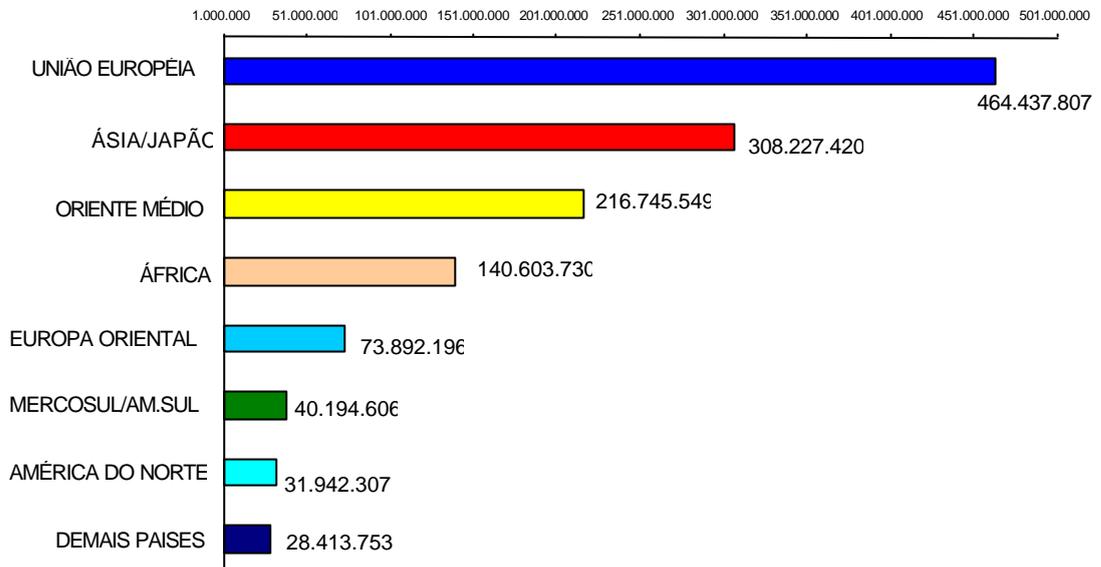
destas respeitarem a cultura e a fé islâmica ao abaterem os animais (frangos e bovinos) seguindo os preceitos doutrinários islâmicos, foi justamente atendendo a estas solicitações religiosas que as nossas agrocooperativas conseguiram obter contratos em quase todos os países árabes, que além de carne importam leite em pó, frutas, soja, café, açúcar, milho, flores, alimentos enlatados e outros.

De acordo com o MDIC (2004) e a OCB (2004), os países da liga das nações árabes que mais importaram produtos de nossas cooperativas foram: a Argélia, a Arábia Saudita, o Catar, Omã, o Líbano, a Síria, o Kuwait, o Egito, o Marrocos e os Emirados Árabes Unidos que apareceu em 2004 como o terceiro maior mercado importador de nossas cooperativas com USD 132.934.211,32. Os produtos mais importados pelos Emirados Árabes Unidos foram: o açúcar que alcançou a cifra de USD 124 milhões (aproximadamente 94% do total importado), carne de frango com cerca de USD 4 milhões, carne bovina com USD 1,8 milhões, leite em pó, flores, frutas frescas e outros.

Porém, é necessário especificar que a União Européia (adotando o princípio do atual bloco com 25 países membros), continua sendo o principal mercado importador das cooperativas brasileiras, em seguida vemos o leste asiático (destaques para a China e Japão), o Oriente Médio (especialmente os Emirados Árabes Unidos), o continente africano (com destaque para os países árabes do Norte da África), Europa Oriental (destaque para a Rússia e Romênia), a América do Norte (Estados Unidos e Canadá), Mercosul (destaque para Argentina) e Oceania (destaque para Nova Zelândia e Austrália).

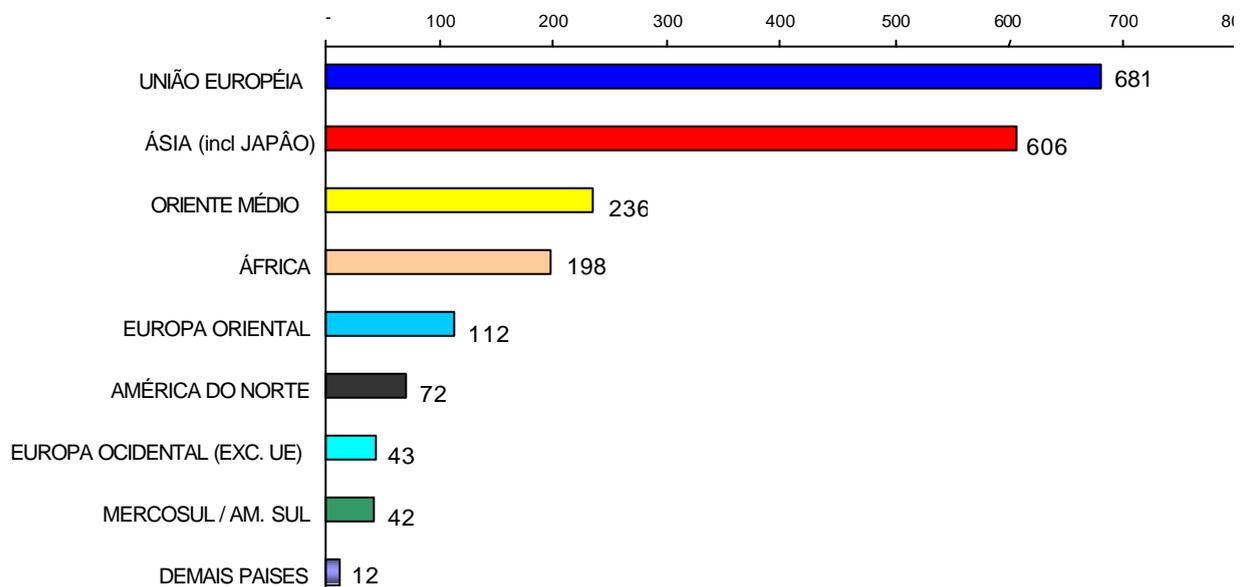
Analisando o destino das exportações das cooperativas brasileiras por blocos de nações é observado que entre os anos de 2003/2004 os cinco primeiros colocados seguiram uma mesma tendência de serem os mesmos blocos de um ano para outro (União Européia, Ásia, Oriente Médio, África e Europa Oriental), mas ocorreu uma alteração quanto aos demais colocados, aonde a América do Norte assume a 6ª posição em 2004 (no ano anterior ela ocupava 7ª posição) e o Mercosul que ocupava a 6ª posição em 2003 (perdeu duas posições indo para a 8ª colocação em 2004) e a Europa Ocidental com nações não integrantes da União Européia deixaram a última colocação onde estavam como demais países em 2003 e sobem duas posições ocupando a 7ª colocação em 2004 (ver gráficos 2.2 e 2.3).

Gráfico 2.2 -Exportações das Cooperativas Brasileiras, por Destino, em 2003 (USD Milhões FOB)



Fonte : Sec. da receita Federal - Elaboração GETEC / OCB

Gráfico 2.3 -Exportações das Cooperativas Brasileiras, por Destino em 2004 (USD Milhões FOB)



Fonte : Sec. da receita Federal - Elaboração GETEC / OCB

2.2.1 – A Cooperativa agrícola Holambra

A Holambra é uma cooperativa agropecuária que foi fundada em 1960, tendo como sua sede administrativa a Fazenda das Posses no município de Paranapanema. Desempenha diversas atividades no segmento agropecuário, tais como: a produção, exportação e armazenagem de algodão, flores, cereais, pecuária suína e turismo rural.

De acordo com a OCB (2004), ocorreu uma elevação nos investimentos no ano de 2004 das agrocooperativas exportadoras de algodão que correspondem aproximadamente por 40% da produção brasileira, tal motivação ocorreu por causa do governo brasileiro ter conseguido uma vitória na Organização Mundial de Comércio (OMC) de proibir os subsídios fornecidos pelo governo norte americano aos produtores de algodão e acatou o argumento brasileiro de que os subsídios americanos dificultam e impedem a competição de produtores de diversos países no mercado internacional, ressaltando que as perdas dos produtores brasileiros seria de aproximadamente de US\$ 480 milhões ao ano; as agrocooperativas brasileiras do setor algodoeiro já estão se mobilizando com destaque para a cooperativa Holambra do interior paulista (Paranapanema) que elevou seus investimentos em novos equipamentos, infra-estrutura, insumos e aumentou 2 mil hectares em área plantada.

No segmento da floricultura a Holambra fez sua estréia em 2003 exportando 1,5 milhões de unidades de flores, ate julho de 2004 a cooperativa já tinha crescido 86,6% tendo como perspectiva de mercado um crescimento das exportações de aproximadamente 200% ate o final de 2004, tendo pretensões de faturar ate 2007 com exportações R\$ 10 milhões aproximadamente. Este excelente desempenho só foi possível graças à organização dos cooperados que vai desde a produção, padronização das embalagens, transporte, *marketing* e exportação.

As principais nações de destino das exportações da Holambra são: os Estados Unidos, a Holanda, Portugal e os Emirados Árabes Unidos. Apesar da elevada competitividade da Holambra e de outros produtores brasileiros deve-se também as vantagens comparativas de um país como o Brasil que possui um ótimo clima tropical, bons solos e uma biodiversidade de flores que são encontradas em nossas florestas porém foi

identificado uma desvantagem competitiva neste segmento, devido ao fato do transporte das flores tem que ser por aviões, aonde o frete aéreo chega a representar 50% do custo.

É necessário ressaltar que a entrada da Holambra e de outras cooperativas neste segmento de mercado criou um pólo exportador de flores no Brasil, antes da entrada da Holambra, as exportações de flores ornamentais brasileiras eram esporádicas e isoladas. A produção e exportação de flores da cooperativa Holambra são bastante diversificadas, tais como: rosa, lírio, lisianthus, gérbera, antúrio, tropicais, girassol, cartamus, orquídeas, folhagens, celosia, solidago, buquês entre outras.

De acordo com a OCB (2004), baseando-se em dados do Instituto Brasileiro de Floricultura (Ibrafor 2004), as exportações brasileiras de flores e plantas ornamentais tiveram um crescimento na ordem de 30,8% correspondendo a US\$ 11,76 milhões. Vale lembrar que este mercado internacional de flores é sazonal, tendo como meses de pico para exportação dezembro, fevereiro e maio.

A cooperativa Holambra também desenvolve a importante atividade econômica do turismo rural nas regiões de Avaré e Campinas, desenvolvendo o turismo nas regiões agrícolas do Brasil, oferecendo serviços de qualidade, tais como: hospedagens, culinária local, excursões culturais, eventos musicais, ecoturismo, esportes radicais, festas e feirinhas típicas, entre outros.

2.2.2 - A Coopersucar Exportações e Pesquisas

De acordo com a OCB (2004), desde de abril de 2004 a cooperativa coopersucar que produz e exporta álcool e açúcar, começou a exportar álcool para os Estados Unidos, pela negociação direta ficou acertado que o álcool brasileiro será tarifado “*ad valorem*” em 2,5 %, mais US\$ 0,52 centavos por galão(3,7 litros), dos 280 milhões de litros exportados pela coopersucar nesta safra (que encerrou no mês de abril de 2004) uma elevação de 210% em relação ao ciclo anterior, no qual 10 milhões de litros tiveram como destino os Estados Unidos a tendência é que ocorra novas elevações nas exportações para o mercado americano ate o final de 2004, tal iniciativa serviu de exemplo para que outras empresas do setor também abrissem negociações com os Estados Unidos.

Durante muitos anos a principal forma de exportar álcool brasileiro para o mercado americano vinha sendo através de uma triangulação via o Caribe que são beneficiados com uma cota de 7% do consumo dos Estados Unidos, assim o álcool brasileiro era exportado para o Caribe onde sofria um pequeno processo de industrialização e depois era reexportado para os USA, com a elevação da demanda por álcool no mercado americano devido ao fato da elevação no preço da gasolina o que acaba viabilizando a importação do álcool brasileiro, mas começa uma leve diminuição nas as tarifas de importação (mesmo que as tarifas ainda estejam elevadas).

A coopersucar teve um faturamento de R\$ 4,5 bilhões na safra de 2002/2003, as 31 usinas de álcool e açúcar deverão moer aproximadamente 57 milhões de toneladas na safra 2004/2005, superando os 56 milhões de toneladas da temporada 2003/2004, a produção de álcool deverá ser aproximadamente de 2,9 bilhões de litros e a produção de açúcar deverá ser aproximadamente de 3,6 milhões de toneladas.

Outra importante contribuição da coopersucar na área de pesquisa científica foi o Centro de Tecnologia Cooperucar (CTC) que nesses últimos 25 anos de existência foi o grande descobridor de mais de 20 tipos de novas canas e por meio de pesquisa científica contribuiu para o Proálcool que elevou a produção de álcool na década de 80; ocorreu um importante fato em abril de 2004, onde a coopersucar fez um processo de abertura no capital do CTC com a formação de uma nova constituição e a partir de uma nova assembléia para estipular as novas pesquisas, o novo centro possui a adesão de 50% de outras cooperativas e empresas do setor o que será proporcional a 160 milhões das 300 milhões de toneladas do Centro-Sul do Brasil, o novo CTC foi rebatizado como Centro de Tecnologia Canavieira (CTC) e será ainda mais importante, pois depois da abertura teve mais investimentos dos membros associados para a realização de futuras pesquisas e contribuirá para a democratização da tecnologia no setor.

2.2.3 – As Cooperativas de Produção do Segmento Têxtil no Sertão

De acordo com RICCIARDI & LEMOS (2000), as cooperativas além de exportarem conquistando novos mercados também são responsáveis em abastecer a economia doméstica para manter a livre concorrência de mercado, impedindo que ocorra

uma invasão de importados que venha a ocasionar uma elevação na taxa de desemprego num determinado segmento econômico; foi o que ocorreu com as cooperativas têxteis localizadas em pequenas cidades do Agreste e da Zona da Mata Pernambucana que conseguiram evitar uma invasão das roupas de malha da China, gerando postos de trabalho, renda e concorrência nos preços que beneficiou ao consumidor nordestino, infelizmente a nossa imprensa não divulgou com tanta profundidade como deveria, afinal 40% dos médios produtores têxteis do interior de Pernambuco são resultados de fusões das cooperativas de pequeno e médio porte que estrategicamente atuam em conjunto para diminuir os custos de produção, padronização, vendas, designer e outros; as cooperativas pernambucanas já começaram suas primeiras exportações, tendo como destino diversos países da América Latina, tais como: o México, a Venezuela, Porto Rico, Panamá, Suriname e Guiana.

Vale ressaltar que em relação aos demais produtores têxteis do interior pernambucano responsáveis por 60% da produção de roupas são micro e pequenas empresas que atuam em modelos associativistas para diminuir os custos de produção e vendas; de certa forma estas empresas convencionais foram influenciadas pelo modelo de produção e trabalho cooperativista que as permitiu traçarem estratégias de mercado com produtos competitivos fazendo frente aos produtos importados chineses.

2.2.4- Cooperativa de Apicultores Conquistando Novos Mercados Internacionais com Qualidade

De acordo com BIALOSKORSKI NETO & SAAD (2003) e OCB (2002), num estudo de caso com a Cooperativa Nacional de Apicultores (CONAP), que possui sua sede administrativa em Belo Horizonte (MG) e cooperados apicultores espalhados por grande parte das regiões sudeste, sul e centro-oeste do Brasil, que atualmente é responsável por 52% do abastecimento de própolis do exigente mercado japonês. Esta cooperativa brasileira conseguiu atuar em diversos mercados internacionais concentrando sua vendas de própolis no Japão (que corresponde por 80% do faturamento da cooperativa), ressaltando que foi necessário um vasto esforço para padronização e criar uma marca conhecida (principalmente no mercado internacional) para um produto específico e com qualidade.

A CONAP tem como concorrentes no mercado internacional, apicultores de várias nações (da China, do México, da Argentina, do Canadá e da Rússia), mas possui vantagem comparativa devido ao fato de suas abelhas serem de espécie africanizadas e com isso serem resistentes a doenças o que dispensa o uso de pesticidas lhe garantindo atuar no segmento de produtos orgânicos possuindo certificação (criando vantagem competitiva) concedida por órgãos japonese como o *Japan Health and Nutrition Food Association* (JHNFA) e da *Japan Trade Organization* (JETRO), já que CONAP permite vistorias periódicas em suas instalações, sem esquecer que a legislação japonesa também concede as cooperativas uma certificação específica, logo a CONAP possui três certificados de qualidade no Japão.

Vale lembrar que os produtos orgânicos são muito apreciados no Japão, Europa, Canadá e Estados Unidos, devido ao fato que os consumidores nestes mercados estão dispostos a pagar a um preço mais elevado para obterem produtos com maior qualidade e segurança; logo se observa que os cooperados da CONAP entenderam quais são os anseios de seus clientes e descobriram um novo segmento de mercado a ser explorado.

Há uma década que a cooperativa CONAP vem investindo em pesquisas científicas em universidades brasileiras com professores (todos os pesquisadores são doutores) nas áreas de farmacologia, química e agronomia; os objetivos destas pesquisas são a criação de novas de tecnologias como o Coletor de Própolis Inteligente (CPI), novas aplicações farmacológicas de seus produtos, estabelecer padrões mundiais neste segmento de mercado e a descoberta de novas técnicas para a elevação da produção de própolis, mel, geléia real, cera e pólen em tablete.

2.2.5 – As Cooperativas Brasileiras do Segmento Lácteo

Nos primeiros sete meses de 2004 as exportações brasileiras no segmento de produtos lácteos foram de US\$ 41,9 milhões, deste total as cooperativas brasileiras foram responsáveis por 50% das exportações com US\$ 20,9 milhões.

De acordo com a OCB (2004), baseada em dados da Confederação Brasileira das Cooperativas de Laticínios (CBCL), as principais cooperativas brasileiras que exportam

neste segmento econômico são a Itambé, a Cooperativa Central Agro-Industrial (Confepar) e a Cooperativa Central de Laticínios do estado de São Paulo (CCL).

Por questões estratégicas a tendência neste segmento de mercado é o cooperativismo brasileiro formar redes de negócios entre as cooperativas e empresas com o intuito de aumentar e fortalecer a participação econômica brasileira no mercado internacional. Baseada em tal estratégia é que foi fundada em 2002 a Serlac Trading que tem como meta de aumentar as exportações de segmento lácteo, curiosamente das cinco indústrias que formam a Serlac, três são cooperativas Centrais: CCL, Itambé e Confepar.

Nossas Cooperativas do segmento lácteo exportam atualmente para aproximadamente 30 nações, os mais diversos produtos derivados do leite, com destaque que para o leite em pó e o leite condensado. O setor lácteo se apresenta com significativa expansão em nossa economia, basta lembrar que no primeiro semestre de 2003 a balança comercial, apresentou um superávit de R\$ 12,3 milhões.

2.2.6- As Cooperativas Exportadoras de Cachaça

De acordo com o SEBRAE (2003), o estado de Minas Gerais sempre teve a tradição de produzir excelente cachaça, tanto a cachaça industrial como a artesanal de alambique; como a escala de produção é pequena para os produtores de pequeno porte, o cooperativismo foi à solução para organizar este segmento da economia que se encontra em expansão, tanto no mercado doméstico como nos países de clima frio que apreciam tal bebida.

O modelo de produção e exportação cooperativista é atualmente o mais adequado para formalizar um enorme contingente de pequenos alambiques que produzem cachaça artesanal, o programa estadual Pró-cachaça do governo de Minas Gerais tem como objetivo fomentar e definir a padronização de qualidade e origem, tendo o Instituto Mineiro de Agropecuária (IMA) como órgão credenciador e fiscalizador.

De acordo com o SEBRAE (2004), com o intuito de explorar a elevação de consumo no comércio internacional, foi que 22 pequenos e médios produtores agrícolas de dez municípios do Sertão e da Zona da Mata pernambucana se uniram e criaram em agosto

de 2004, a Cooperativa de Cachaça de Pernambuco (Cocape), que pretende em dois anos dobrar o volume exportado de 1,5 milhão para 3 milhões de litros.

A Cocape já tem como meta a criação de uma marca única para a sua cachaça que será comercializada a granel por aproximadamente R\$ 1,80 o litro. Além das vendas a granel, também serão exportadas cachaças artesanais que chegam a ser vendidas a R\$ 25,00 a garrafa no comércio internacional, tendo diversos mercados, tais como: Alemanha, China, Espanha e outros.

2.2.7- A Cooperativa Coamo

A Cooperativa Agropecuária Mourãoense (Coamo), tem sua sede administrativa localizada no município de Campo do Mourão (PR). Atualmente ostenta o título de ser a maior cooperativa agrícola da América Latina, foi fundada em 1970, sendo composta por 17.946 cooperados que são em sua maioria pequenos e micros produtores rurais que vêem no cooperativismo uma alternativa para criar escala, desenvolvendo suas atividades econômicas em 47 municípios do Paraná e Santa Catarina.

De acordo com o SEBRAE (2003), a Coamo desempenha suas atividades em toda a cadeia produtiva de soja comercializando o grão *in natura*, o óleo (refinado e bruto), o farelo, a gordura vegetal e a margarina. Vale salientar que a Coamo possui 77 unidades de recebimento de produtos agrícolas e agroindústrias próprias aonde são diariamente produzidos diversas atividades, tais como: o esmagamento de 300 toneladas de soja, o refinamento de 250 toneladas de óleo de soja, a fabricação de 60 toneladas de margarina, a moagem de 30 toneladas de trigo e a fiação de 20 toneladas de algodão.

De acordo com a OCB (2004) baseando-se em pesquisas da Organização das Cooperativas do Paraná (OCEPAR), a cooperativa Coamo em 2004 investiu R\$ 24,9 milhões, tendo como metas ampliar e elevar sua capacidade produtiva, que resultarão na melhoria da qualidade de seus diversos produtos e no aumento das exportações. Com ampliação estão sendo atualmente construídas uma nova armazenadora de insumos com a área de 2.100 metros quadrados em Ivaiporã e quatro unidades de pesagem e armazenagem de grãos com uma capacidade de 6.600 toneladas em nove municípios do Paraná.

A Coamo com as suas novas unidades de industrialização em Campo Mourão, expandirá a sua produção diária em diversos produtos, tais como: a margarina que passará de 60 para 120 toneladas, a gordura vegetal que passará de 40 para 100 toneladas e o óleo refinado que passará de 250 para 360 toneladas.

A Coamo chegou a faturar com exportações US\$ 300 milhões em 2003 e em 2004 faturou aproximadamente US\$ 550 milhões no comércio exterior, tendo o mercado europeu como principal destino com 55%, a Ásia aparece em segundo colocada com 36% e em seguida vem à África com 8%.

Vale salientar que esta elevação no faturamento da cooperativa com as exportações de soja também se deve ao aumento do preço da soja no mercado internacional, aonde a saca do grão teve aumento de US\$ 10 para US\$ 18,50. Outra questão que dar a Coamo um diferencial em sua atuação no mercado internacional é o certificado de Rastreabilidade da soja *in natura* e do farelo da soja que foi implantado na cooperativa em 2002, garantindo a qualidade de seu produto.

De acordo com o MDIC (2003), a Coamo em 2003 exportou 1,89 milhão de toneladas em produtos pelo porto de Paranaguá e operando com 227 navios o que representou 11% a mais do registrado em 2002. Nos primeiros quatro meses de 2004 a cooperativa ostentou o primeiro lugar nas exportações paranaenses, ocupando a 23.^a posição no quadro geral do país, a Coamo exportou US\$ 152 milhões na frente de multinacionais como a Volkswagen que exportou US\$ 137,8 milhões, da Renault que exportou US\$ 59,4 milhões e a Volvo que exportou US\$ 45,1 milhões.

2.2.8- A Cooperativa Comigo

A Cooperativa Mista de Produtores Rurais do Sudoeste Goiano (Comigo), sediada no município de Rio Verde em Goiás iniciou suas atividades em 1975 com a abertura de uma loja de insumos que era complementada por um departamento de assistência técnica e pela aquisição de um terreno para instalação de um parque agroindustrial.

A cooperativa foi fundada por pequenos agricultores e pecuaristas que deixaram suas diferenças de lado e decidiram se unir através do cooperativismo com objetivo de

produzir em larga escala e terem mais chances em competir com os grandes produtores da região.

De acordo com a OCB (2004), atualmente a Comigo ostenta o título de ser a terceira maior cooperativa agrícola do Brasil, possuindo 4.221 cooperados que se dedicam à produção de diversos bens, tais como: farelo de soja, óleo de soja, algodão, leite, queijos, manteiga, milho, sorgo, arroz, rações, sementes, fertilizantes e sabão.

Salientando que a cooperativa obteve um rendimento de aproximadamente R\$ 700 milhões em 2003, tendo um volume exportado na ordem de 30 mil toneladas, em 2004 chegou a aproximadamente 100 mil toneladas embarcadas com um faturamento de R\$ 950 milhões e para o ano de 2005 com o uso pleno da capacidade da nova fábrica (também instalada no município do Rio Verde) uma elevação de 300 mil toneladas com um faturamento de R\$ 1,2 bilhão.

A cooperativa criou o Centro Tecnológico Comigo (CTC), que realiza pesquisas científicas com intuito de melhorar os produtos ofertados pela Comigo no mercado (doméstico e principalmente no exterior), como também difundir novas tecnologias e técnicas de produção entre seus membros cooperados para elevar a produtividade das lavouras. Curiosamente a maioria destas pesquisas são resultados de forte investimento em pesquisas pela Comigo e graças parcerias com diversos órgãos como a Embrapa e diversas Universidades de Goiás.

2.3 – O Cooperativismo Brasileiro no Cenário Internacional

De acordo com SINGER & SOUZA (2000), o modelo de produção e trabalho cooperativista vem nos últimos cinquenta anos ganhando novos adeptos e força em todo o cenário internacional, derrubando velhos preconceitos e conquistando mercados por vários motivos, tais como: melhores condições de trabalho, novas oportunidades de negócios, medo do desemprego, maior estabilidade, incentivos de inúmeros estados nacionais, alternativa de produção econômica entre outras.

As cooperativas brasileiras vêm buscando nos últimos anos intensificar as suas relações comerciais no cenário internacional, por meio da intercooperação com diversas cooperativas de diferentes ramos, cujo objetivo é dinamizar as suas exportações, inclusive

com a troca de experiências com cooperativas de outras nações visando estreitar laços comerciais. Este pioneirismo internacional do cooperativismo brasileiro é comprovado através da participação de representantes de nossas cooperativas em diversos eventos internacionais, tais como: palestras, seminários, convenções, feiras, missões comerciais e outros.

De acordo com a OCB (2004), recentemente o ponto forte da participação de nossas cooperativas no comércio exterior, ocorreu na Feira Internacional das Cooperativas 2004 que aconteceu em Pequim (China), aonde estes objetivos foram alcançados criando um vínculo de Intercooperação internacional, no qual foram fechados vários negócios entre as cooperativas brasileiras, chinesas, européias, árabes, argentinas, uruguaias, paraguaias, japonesas, canadenses, americanas, indianas e outras.

Os principais produtos expostos por nossas cooperativas na feira de Pequim foram produtos agrícolas que se encontram com a máxima capacidade para exportação, respeitando os padrões de embalagens (como o tamanho, a quantidade, os prazos de validade e volume dos lotes) exigidos pelo importador, entre os mais diversos produtos que ficaram na exposição, foram: o café, o leite em pó, a própolis, o mel, derivados de soja, a cachaça e carnes (aves, suínas e bovinas). Foi observado que entre as cooperativas brasileiras que participaram do evento em Pequim, todas elas eram cooperativas de grande porte de 2º e 3º grau, entre estas destacaram-se: a Cooperativa Agropecuária Serrana, a Cooperativa Central do Oeste Catarinense (Aurora), a Cooperativa Agropecuária São Joaquim, a Cooperativa Regional dos Cafeicultores de Guaxapé (Cooxupé), a Cooperativa Regional de Cafeicultores de São Sebastião do Paraíso (Cooparaíso), Cooperativa dos Granjeiros do Oeste de Minas, a Cooperativa dos produtores Rurais de Minas Gerais (Itambé), a Cooperativa Central Mineira de Laticínios (Cemil), a Cooperativa Agropecuária Vale do Rio Doce, a Cooperativa de Produção e Promoção de Cachaça de Minas (Coocachaça) e a Cooperativa Nacional de Apicultura (Conap).

A Conap foi uma das cooperativas que mais se beneficiaram com a empreitada na feira na China, aonde já conseguiu contratos com importadores chineses que depois da feira internacional, enviaram representantes de diversas cooperativas de consumo chinesas para visitar as instalações da Conap em Minas Gerais, aonde a delegação chinesa ficou impressionada com o padrão de alta qualidade da cooperativa brasileira na produção de

própolis. Vale lembrar que a Conap é responsável por 52% de própolis no mercado japonês, e continua com a estratégia de abrir novos mercados no continente asiático, contando com a colaboração das cooperativas de consumo nestes países.

Depois da delegação na Conap, apareceram outras delegações de cooperativas chinesas (visitando o Brasil) principalmente dos ramos de produção industrial e consumo, tanto para conhecer as cooperativas brasileiras que participaram da feira, como as demais que produzam bens que interessam ao mercado chinês, especialmente produtos agrícolas, tais como: café, derivados de soja, carnes, milho, derivados de leite, algodão, mel, própolis e outros.

As cooperativas brasileiras e chinesas estão aproveitando a ótima relação diplomática entre os governos brasileiro e chinês para implementar novos negócios, lembrando que economicamente o Brasil e a China são complementares no comércio exterior, aonde a economia chinesa possui vantagens comparativas no segmento industrial sendo um grande importador de alimentos (devido ao fato deste país possuir 1,2 bilhões de habitantes), enquanto a economia brasileira possui vantagens comparativas no setor agropecuário, refletindo também no segmento cooperativista de ambos os países. Frisando que o segmento de varejo na China é dominado por cooperativas de consumo que dão nítida preferência em importar bens agrícolas produzidos por cooperativas.

Os negócios que estão sendo fechados entre as cooperativas (chinesas e brasileiras) são referentes à importação de alimentos pelas cooperativas de consumo chinesas e a exportação de cooperativas de produção industrial chinesas para as agrocooperativas brasileiras que pretendem comprar máquinas para dinamizar a produção e aumentar a produtividade nas suas agroindústrias, dando maior valor agregado para seus bens agrícolas com o intuito de elevar as suas exportações num futuro próximo.

As delegações comerciais das cooperativas chinesas visitaram cooperativas brasileiras em diversos estados, tais como: Santa Catarina, Minas Gerais, Rio de Janeiro, São Paulo e Amazonas. Além dos chineses, as cooperativas brasileiras conseguiram atrair a visita de delegações cooperativistas de outros países, tais como: Estados Unidos, Irã, Sri Lanka, Emirados Árabes Unidos, Argentina, Uruguai e Paraguai.

Vale especificar que a economia brasileira já conseguiu atrair investimentos diretos de cooperativas estrangeiras, que tem como objetivo expandir suas atividades econômicas

via cooperativismo; neste cenário cooperativista destacam-se duas grandes cooperativas de 3º grau que atuam na agroindústria do segmento lácteo, são elas: a Cooperativa Nacional dos Produtores de Leite do Uruguai (Conaprole) e a Sancor Cooperativas Unidas (de origem Argentina).

De acordo com a OCB (2004), a cooperativa Conaprole é atualmente o maior grupo privado do Uruguai reunindo aproximadamente 3.200 produtores pecuaristas cooperados atrelados a uma mega estrutura agroindustrial, no qual processam mais de 1 bilhão de litros de leite por ano que corresponde a 80% da produção uruguaia. Salientando que mais de um terço de seu faturamento é oriundo das exportações que em 2004 deverá superar US\$ 100 milhões de dólares em produtos lácteos (leite em pó, iogurtes, doce de leite, queijos e requeijão) para diversas nações, tais como: Coréia do Sul, China, México, Argentina, Chile, Venezuela, Paraguai, Brasil, Peru e outros.

No Brasil a Conaprole possui quatro centrais de processamento agroindustriais (em São Paulo, Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul), cuja matéria prima (o leite) é fornecido por cooperativas produtoras brasileiras, reforçando a intercooperação no Mercosul; a Conaprole já exporta através de suas instalações aqui do Brasil e no mercado doméstico, seus produtos tem excelente aceitação nas grandes redes de super mercados, como também vem sendo bem aceito nas cooperativas de consumo brasileiras. Com falência da multinacional italiana Parmalat, a Conaprole vem elevando a sua participação de produtos lácteos no Mercosul; no Uruguai já sinalizou o interesse para aquisição da filial da Parmalat Uruguaia, a cooperativa teve um faturamento global em 2004 de aproximadamente US\$ 200 milhões de dólares.

De acordo com NASSAR *et alli* (2002), a Sancor Cooperativas Unidas (oriunda da Argentina), possui 66 anos de existência no mercado com 4 mil membros cooperados e uma super estrutura agroindustrial no segmento lácteo (leite em pó, leite condensado, creme de leite, doce de leite, queijos, iogurtes e manteiga) que é responsável por 20% da produção doméstica da Argentina, lembrando que esta cooperativa também atua em diversas outras áreas, tais como: pesquisa científica com o seu centro tecnológico, seguro de vida e plano de saúde.

A cooperativa Sancor investiu muito em sua capacidade industrial nos últimos anos que resultou numa capacidade de produção de 7 milhões de litros de leite por dia. Estas

unidades industriais vêm sobressaindo no cenário internacional aplicando as normas ISO 9002 e normas ambientais de padrão internacional, tendo como os principais mercados de destinos de seus produtos diversas nações, tais como: Estados Unidos, Canadá, México, Brasil, Paraguai, Uruguai, Bolívia, Chile, Peru, Colômbia, Alemanha, Espanha, Holanda, França, Itália, Rússia, Japão, Tailândia, Emirados Árabes Unidos, Filipinas, Argélia e outros.

A Cooperativa Sancor iniciou seus investimentos no Brasil em 1986, mas foi em 1998 que foi inaugurada um centro de processamento e distribuição em Barueri na grande São Paulo cujo faturamento ultrapassa os R\$ 100 milhões ao ano, especificando que o objetivo da cooperativa é de estabelecer parcerias com cooperativas brasileiras de diferentes ramos (crédito, agropecuária e trabalho) para exportação. No mercado doméstico brasileiro os produtos da Sancor tem excelente aceitação, aonde a cooperativa Argentina estabeleceu parcerias com grandes redes de supermercados e com cooperativas brasileiras de consumo e transporte.

De acordo com RECH (2000) e OCB (2000), foi durante a revolução industrial na Europa que as primeiras cooperativas modernas surgiram, atualmente as nações europeias demonstram a força do cooperativismo mais evoluído no mundo, sendo absolutamente normal encontrar setores da economia (principalmente na indústria e de serviços) aonde estas instituições detêm maior parte do mercado em relação às empresas convencionais, como acontece nos países nórdicos (Dinamarca, Suécia, Finlândia, Noruega e Islândia) em que setores da indústria química, na indústria de materiais elétricos, têxtil e até na indústria de auto-peças são majoritariamente produzidos e exportados por cooperativas, que por meio de confederações de cooperativistas desenvolvem cadeias produtivas e conseguem estrategicamente diminuir os custos de produção, logística, transportes e até de financiamentos com as cooperativas de crédito que ofertam seus serviços com taxas de juros e tarifas abaixo do preço de mercado.

No cenário internacional o cooperativismo de consumo tem como tendência contribuir no crescimento dos demais ramos cooperativistas, especialmente o de produção industrial e agropecuária, entre os países europeus o cooperativismo de consumo geralmente importa a grande maioria ou boa parte dos bens agrícolas de agrocooperativas

oriundas de países emergentes como o Brasil que possui enorme competitividade neste ramo cooperativista.

De acordo com Aliança Cooperativa Internacional (ACI, 2000), o cooperativismo de consumo no mundo apresenta-se como um ramo em forte expansão e fusões, no Brasil este ramo possui 158 cooperativas e só 7 atuam no comércio internacional correspondendo por 78,6% dos cooperados (neste setor) e concentram suas atividades nos estados de Minas Gerais, Santa Catarina e São Paulo; lembrando que o cooperativismo de consumo europeu é o mais desenvolvido do mundo. Frisando que na pesquisa da ACI só foram contabilizadas as cooperativas de 2º e 3º grau que possuem maiores condições para atuar no comércio exterior através de importações, ou seja, não entraram na pesquisa as cooperativas singulares (que importam em menores quantidades); entre as nações analisadas (ver tabela 2.7) a Dinamarca apresenta mais cooperativas e paradoxalmente é a quarta em número de cooperados, a Hungria é a segunda nação em quantidade de cooperativas e a penúltima em número de cooperados, a Itália é a terceira nação com mais cooperativas e a segunda em cooperados, o Brasil é o que possui menos cooperativas e o sétimo em cooperados.

Tabela 2.7 - Dados gerais das Cooperativas, Cooperados, Empregados, Lojas e Áreas de Vendas referente ao Cooperativismo de Consumo no Cenário internacional em 2000.

País	Cooperativas	Cooperados (1.000)	Empregados	Lojas	Área de Venda (1.000 m²)
Reino Unido	45	9.500	65.000	4.600	1.400
Itália	184	4.320	41.410	1.279	1.093
Suécia	75	2.600	27.000	1.350	1.100
Dinamarca	465	1.443	19.502	1.192	760
Finlândia	45	1.358	26.360	1.222	780
França	85	1.350	18.000	1.900	650
Espanha	120	1.125	25.121	1.733	989
Alemanha	48	825	16.300	1.226	665
Rep.Checa/Morávia	64	433	19.504	3.416	481
Hungria	322	307	19.000	3.520	498
Brasil (*)	7	1.167	5.164	35	87

Fonte: ACI, 2.000.

De acordo com FRANÇA FILHO & LAVILLE (2004), nas nações Européias, asiáticas, nos Estados Unidos e no Canadá, muitos dos bens produzidos por cooperativas industriais e agrícolas, são comercializados por cooperativas dos segmentos de varejo e de consumo (ver tabela 2.8) que ofertam estes produtos no mercado a um preço competitivo (abaixo do preço de mercado que é praticado pelas redes de supermercados), estas confederações e redes de cooperativas eliminam os atravessadores e conquistam mercados.

Tabela 2.8 -Volume de fornecimentos de Cooperativas de Consumo no Cenário Internacional em 2000.

País	Cooperativas de Consumo	Em US\$ milhões
Japão	<i>Japanese Consumers Cooperative-Union</i>	29.307
Reino Unido	<i>Cooperative Union and Cooperative Wholesale Society</i>	12.870
Suíça	<i>Coop Schwiez</i>	8.214
Itália	<i>Lega Nazionale delle Cooperative Mutue</i>	7.208
Rússia	<i>Central Union of Consumers</i>	6.136
Finlândia	<i>Finnish Consumer Co-operative Association</i>	5.387
Dinamarca	<i>Co-operative Union of Denmark (FDB)</i>	4.397
Suécia	<i>Kooperative Forbundet</i>	4.132
Alemanha	<i>Bundesverband Deutscher Konsumgenhossenschaften e.v. (BVK)</i>	4.122
Canadá	<i>Canadian Co-operative Association</i>	3.902
Brasil	Fornecimento das 7 Cooperativas de Consumo	600

Fonte: ACI, 2000.

De acordo com SINGER (2003), RIOS (1998) e BIALOSKORSKI NETO (2001), o fator que explica a pouca expressão das nossas cooperativas de consumo no mercado doméstico e atuando no cenário internacional (por meio de importações), se deve a elevada tributação que sofrem os produtos importados, que acaba prejudicando este ramo de diversas formas, tais como: limita a diversificação de produtos, compromete o crescimento deste e de outros ramos cooperativistas e não cria condições de intercâmbio com outras cooperativas no cenário internacional. Lembrando que na União Européia, nas nações árabes e na China as cooperativas de consumo possuem uma legislação própria que permite que estas importem diversos produtos com baixa carga tributária o que contribui para a viabilização deste ramo em suas respectivas economias.

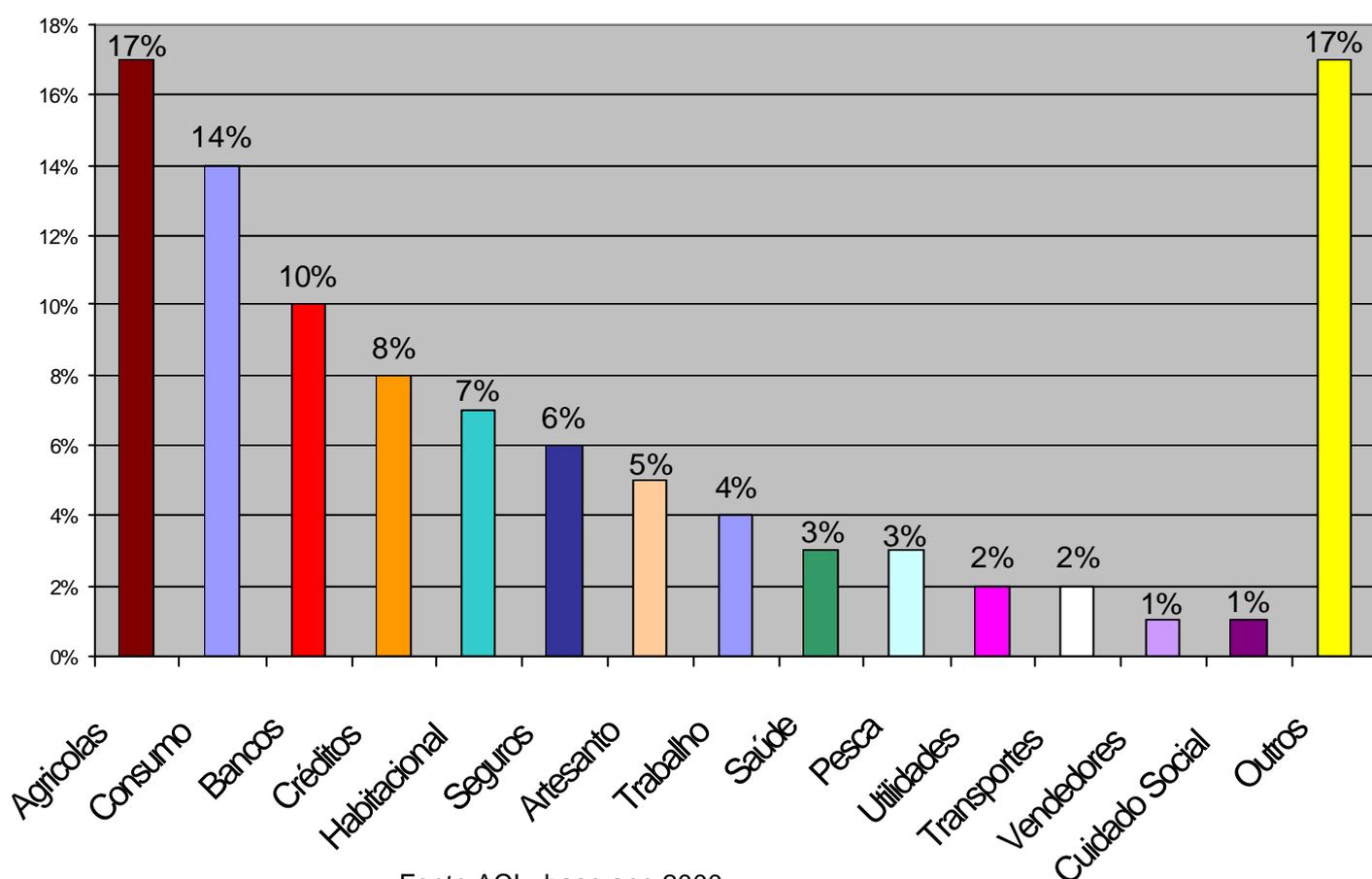
De acordo com SINGER & SOUZA (2000), as incertezas de futuro impostas pela globalização ameaçam muitas empresas, sindicatos, empregos, bancos e até nações; num cenário tão cheio de incertezas observa-se que as crises nas economias de mercado representam ameaças e oportunidades, talvez esta seja a grande oportunidade das cooperativas de disseminarem via globalização da economia um modelo de produção alternativo e economicamente viável para todas as nações. Ao longo da história da humanidade as cooperativas sobreviveram às inúmeras crises econômicas, a concorrência desleal de empresas que praticam cartéis, aos elevados juros dos bancos, das altas tributações dos vários países, as guerras, as ditaduras, ou seja, o cooperativismo tem superado os mais diversos obstáculos.

De acordo com RECH (2000) e OCB (2001), em países como Polônia, França e Irlanda, aonde setores como a agropecuária possuem um excelente desempenho com uma enorme participação de cooperativas agrícolas que são beneficiadas (assim como os outros produtores agrícolas) por políticas públicas de barreiras protecionistas e enormes subsídios agrícolas, paradoxalmente esse tipo de barreiras acabam prejudicando as exportações de países como o Brasil e inclusive também prejudicam ou dificultam as exportações das cooperativas brasileiras que estrategicamente se aliam a cooperativas européias importadoras para driblar o bloqueio aos nossos produtos.

De acordo com FRANÇA FILHO & LAVILE (2004), o cooperativismo brasileiro é bastante semelhante a das demais nações latino americanas ao possuírem dinamismo com as agrocooperativas, resultado das vantagens comparativas destes países no setor agropecuário; a explicação para a elevada quantidade de cooperativas de trabalho na América Latina é reflexo das altas de desemprego que transformam este tipo de empreendimento cooperativista numa alternativa ao fenômeno do desemprego que assombra as classes operárias. Enquanto que nas nações européias, no Canadá, nos Estados Unidos, na China e no Japão, são cooperativas de consumo e habitacionais possuem elevada participação econômica, devido a momentos históricos (pos guerra ou desastres ambientais), aonde estas cooperativas deram contribuições na reconstrução destas nações, já as cooperativas de produção industrial (na pesquisa da ACI foi inserida em outros) são numerosas devido às vantagens comparativas que estas nações possuem no segmento industrial, lembrando que este ramo é responsável por 90% das exportações cooperativistas

Apesar das cooperativas possuírem uma pauta bem diversificada na produção de bens e na prestação de serviços no cenário internacional, novamente são as cooperativas agrícolas que se mantém na liderança em escala mundial com 17%, em seguida vem as cooperativas do ramo de consumo com 14% e o segmento financeiro das cooperativas de bancos 10% e crédito com 8%, o segmento outros que apresenta 17% consiste em novos ramos do cooperativismo, tais como: informática, produção e pesquisa de alta tecnologia, genética, indústria, eletrônicos, especiais, turismo, educacional, reciclagem, editorial, gráficas entre outras (ver gráfico 2.4).

Gráfico 2.4– O Cooperativismo no Mundo por Atividades, 2000.



Fonte ACI - base ano 2000

De acordo com CRUZIO (2003), as cooperativas estão presentes em 101 países, integrando 751 milhões de pessoas as sociedades e envolvem aproximadamente 12% da

população economicamente ativa, em países como o Canadá aonde a média de cooperados é de aproximadamente 50% da população, este mesmo índice na província canadense de Quebec chega a ser 60% da população; curiosamente nos Estados Unidos foram as cooperativas de eletrificação rural que levaram a energia elétrica nas mais distantes zonas rurais americanas.

No cenário internacional a Ásia aparece como o continente com maior quantidade de cooperativas e cooperados superando a Europa, as Américas e a África somadas, o motivo ao qual da Europa possui menos cooperativas que a Ásia se deve ao fato de que as cooperativas européias apresentam um nível tão elevado de intercooperação (por questões estratégicas de produção, exportação e importação) que com um determinado tempo estas cooperativas tende a se fundirem, dando a falsa impressão de que estas estão em declínio quantitativo. A Europa aparece com mais cooperativas que as América, porém a Europa possui menos cooperados que as Américas (ver tabela 2.9).

Tabela 2.9 – Distribuição Internacional nas quantidades de Organizações, Cooperativas e Cooperados em 2000.

CONTINENTES	Nº PAÍSES	Nº ORGANIZAÇÕES	Nº COOPERATIVAS	Nº COOPERADOS
Américas	18	61	46.846	183.731.065
África	12	19	27.214	9.661.443
Ásia	28	64	481.157	415.383.079
Europa	35	88	208.537	118.773.862
Total	93	232	763.754	727.549.449

FONTE: ACI – 2000

Na América do Sul o Brasil aparece como o país líder em quantidades de cooperativas e cooperados, curiosamente a Colômbia aparece em segunda colocada superando a Argentina em ambas as quantidades (cooperativas e cooperados). A Argentina apesar de aparecer em terceiro colocado na América do Sul quantitativamente, possui um número elevado de cooperativas de 3º grau (confederações de cooperativas) e de cooperativas centrais devido as fusões ocorridas no cooperativismo argentino nestes

últimos anos, provocada pela à crise econômica que começou assolar o país no final da década de 90 (ver tabela 2.10).

Tabela 2.10 – Número de Cooperativas e Cooperados na América cujo as Nações são Membros da ACI em 2000.

Países	N.º Cooperativas	N.º Cooperados
Argentina	1.004	866.000
Bolívia	n/d	227.920
Brasil	7.549	5.258.644
Chile	2	183.300
Colômbia	1.936	4.818.250
Equador	76	418.250
Paraguai	76	418.928
Peru	21	15.000
Uruguai	700	600.000
Total	11.364	12.806.292

FONTE: ACI– 2000

De acordo com SINGER (2002, 2003), historicamente a primeira revolução industrial desempregou milhares de trabalhadores forçando e fomentando o cooperativismo na Europa e depois para o resto do mundo. Periodicamente as economias de mercado entram em crise e é mais do que natural o aparecimento de alternativas bem sucedidas como as cooperativas, principalmente para a classe trabalhadora, os agricultores e os inúmeros profissionais liberais que buscam incansadamente a segurança em momentos de incertezas provocadas atualmente pela a globalização da economia.

As cooperativas e suas respectivas organizações tem vários objetivos entre eles de difundir e conscientizar as pessoas sobre a causa do cooperativismo em escala mundial, mostrando que os homens podem ser diferentes quanto as suas nacionalidades, culturas, condições sociais, religiões e etnias; porém suas necessidades são praticamente as mesmas em todas as partes do mundo, tais como: a educação, a saúde, a segurança, a justiça, a liberdade, a igualdade e outros. E que o cooperativismo tem muito a ensinar e contribuir para o verdadeiro desenvolvimento da humanidade, integrando as pessoas a sociedade e as mais diversas instituições.

3-O COOPERATIVISMO COMO ESTRATÉGIA SUSTENTÁVEL DE COMÉRCIO EXTERIOR

3.1-Educação e Cooperativismo

De acordo com RICCIARDI & LEMOS (2000), foi identificado o motivo pelo qual o cooperativismo brasileiro tem experimentado um desenvolvimento pouco satisfatório em relação a outros países do mesmo porte econômico, o fato das instituições governamentais brasileiras não terem investido em educação pública de qualidade, ocasionou uma desvantagem comparativa das nossas cooperativas, afetando e limitando a evolução do modelo de produção cooperativista no Brasil.

De acordo com RECH (2000), SALLES (2002) e RICCIARDI & LEMOS (2000), o baixo investimento em educação (qualificação profissional), por boa parte das próprias cooperativas brasileiras ocasionou uma desvantagem competitiva, provocando uma perda de eficácia e eficiência na produção de bens e serviços que são ofertados pelas nossas cooperativas. Especificando que a maioria das cooperativas que não investem em educação são geralmente as cooperativas singulares (de pequeno porte) e as cooperativas recém fundadas, sendo a maioria do ramo de trabalho; o preocupante desta falta de investimentos em educação, ocasionará num futuro próximo à diminuição da natalidade e crescimento das cooperativas, comprometendo o crescimento do cooperativismo no Brasil.

A falta de investimentos em educação (qualificação profissional) destas cooperativas singulares e recém criadas também poderá a vir a comprometer a otimização das exportações realizadas por nossas agrocooperativas, vale lembrar que são muitas destas pequenas cooperativas trabalho que através da intercooperação prestam serviços às cooperativas exportadoras proporcionando economias de escala e dando condições para a verticalização de cadeias produtivas voltadas para o comércio exterior.

Estas cooperativas de trabalho prestam os mais diversos serviços às cooperativas exportadoras, tais como: segurança, transporte, trabalho rural, limpeza, construção, consultorias técnicas especializadas (de mercado, gerenciais, financeiras, informática, contábeis, agrônômica, veterinária) e outros. Infelizmente, até mesmo em cooperativas de trabalho técnicas especializadas já foi identificado a falta de conhecimento profundo da

doutrina cooperativista, o que poderá a levar a uma deturpação dos reais objetivos numa cooperativa e a possível adoção de práticas desleais e antiéticas que são usadas com frequência no mercado.

De acordo com RIOS (1998), RECH (2000) e NASCIMENTO (2000), atualmente no complexo jogo do comércio exterior é cada vez mais necessário que todos os membros das cooperativas busquem o conhecimento adequado para identificarem os possíveis obstáculos e as oportunidades de negócios nos mercados internacionais com o intuito de elevarem as suas exportações. Nestes momentos de ameaças no cenário internacional é que a educação dissipa nas cooperativas o conhecimento necessário para que estas superem barreiras e exportem continuamente, expandindo suas atividades econômicas.

A educação nas cooperativas tem diversos objetivos, tais como: compartilhar conhecimento, elevar a produção e a produtividade, implantar novas técnicas de trabalho, traçar metas, debater problemas com o intuito de encontrar soluções, desenvolver espírito empreendedor no grupo entre outras.

As cooperativas devem, independentemente do porte ou atividade, escolherem entre seus membros aqueles indivíduos que possuam uma liderança natural e um bom conhecimento para ficarem responsáveis pela área de recursos humanos com a obrigação estratégica de instalar nas suas respectivas instituições programas educacionais.

Para obter sucesso no programa educacional (operacional ou técnico) que deverá ser contínuo, sendo necessário que o cooperado responsável pela a implementação siga algumas premissas, tais como: as palestras e cursos ofertados deverão respeitar o grau de instrução dos cooperados, os cursos deverão ser divididos por níveis de conhecimento (atualização, básico, mediano e avançado), conforme seja o tamanho da cooperativa (caso seja de grande porte) dividir o número de cooperados por núcleos para facilitar o aprendizado, treinar monitores para difundir melhor a informação no grupo, utilizar documentários, ter boletins informativos sobre a cooperativa, enviar cooperados para seminários e cursos em outras instituições (nas universidades, nas entidades classistas e em outras cooperativas) com o objetivo que estes repassarem novos conhecimentos para os demais membros, realizar debates relevantes às atividades desempenhadas pela cooperativa, avaliar o grau de aprendizado do grupo através de exercícios e outras.

Outra questão que deverá ser identificada é quais áreas do conhecimento deverão ser abordadas nos cursos que serão freqüentados pelos cooperados? Prioritariamente deverão ser palestras e cursos referentes à doutrina cooperativista, a atividades econômicas praticadas pela cooperativa e nas mais diversas áreas do conhecimento que dinamizarão a produção ou serviços do empreendimento, tais como: informática, gestão, economia, *marketing*, comércio exterior, idiomas estrangeiros, atualidades (do Brasil e no mundo), relações públicas, publicidade, vendas, direito, contabilidade, agronomia, veterinária e outros.

De acordo com RIOS (1998), SINGER & SOUZA (2000), é necessário salientar a importância que os programas educacionais realizados pelas entidades classistas que representam as cooperativas como a OCB, o Serviço Nacional de Aprendizagem do Cooperativismo (SESCOOP), realizando parcerias com outras entidades como o SEBRAE e com diversas universidades, demonstram que programas educacionais (cursos de cooperativismo básico, intermediário, avançado, técnico e gerencial), que mesmo no curto prazo têm demonstrado avanços na aquisição de diferenciais competitivos superiores as empresas convencionais nos mesmos segmentos de mercado.

Tais esforços pedagógicos realizados por estas entidades classistas (e universidades) que tentam reverter o panorama da desvantagem competitiva das cooperativas brasileiras de pequeno porte que infelizmente não investem em educação; lembrando que muitas destas cooperativas não investem em educação por vários motivos, tais como: limitação financeira, falta de conhecimento, escassez de tempo para implementar um programa educacional e outros.

Os cursos ministrados por estas instituições superam o conteúdo dado e são muito importantes porque conseguem unir cooperados de todos os ramos do cooperativismo, aonde é possível trocar experiências e estabelecer contatos para formação novas oportunidades de negócios entre as cooperativas, fomentando a doutrina da Interooperação.

Atualmente 15 universidades brasileiras vêm desenvolvendo uma rede de programas de extensão e pesquisa desde 1998 conhecidos como as Incubadoras Tecnológica de Cooperativas Populares (ITCP), que visam contribuir para o

desenvolvimento do cooperativismo no Brasil, através de assessorias técnicas e pedagógicas multidisciplinares as cooperativas de diversos ramos e a outras instituições do segmento da economia solidária, tais como: associações, fundações e ONGs. Em nosso estado, a Universidade Federal Rural de Pernambuco (UFRPE) possui um programa de extensão e pesquisa ITCP desde 1998, aonde fornece suporte por meio de consultorias, cursos e palestras às cooperativas pernambucanas.

De acordo com LIMA (1999), FRANÇA FILHO & LAVILLE (2004), um dos motivos pelo qual a educação pública merece maior atenção das instituições governamentais brasileiras e das entidades que representam as cooperativas é que internacionalmente as nações que investem em educação pública de qualidade contribuem para que as suas cooperativas ganhem vantagens comparativas em relação as cooperativas das nações subdesenvolvidas, beneficiando a todos os ramos cooperativistas, especialmente aquelas cooperativas que participam do comércio exterior.

As cooperativas das nações desenvolvidas possuem vantagens competitivas pelo fato de que culturalmente o cooperativismo que evoluiu nestas nações sempre teve a tradição em investir em educação, que proporciona uma maior qualidade dos bens e serviços ofertados por estas instituições, principalmente para as cooperativas exportadoras.

Só a verdadeira educação tem a força necessária de conscientizar a todas as cooperativas e seus respectivos membros, que estas instituições podem e devem auxiliar umas as outras (intercooperação), de várias formas, inclusive por meio de suas atividades econômicas que geram benefícios para a evolução das sociedades.

Para as cooperativas a educação é uma alavanca para o crescimento auto sustentável, tendo como objetivo de promover a formação dos seus membros integrantes para que estes possam contribuir produtivamente em suas respectivas funções para o melhoramento do todo na organização; externamente é obrigação dos cooperados conscientizarem as demais pessoas sobre as vantagens e intenções do movimento cooperativista.

De acordo com a ACI (2000), o movimento do cooperativismo atualmente vem crescendo gradativamente em escala mundial contribuindo para o crescimento nas mais diversas economias, a cooperativa como instituição no mercado comprova que é possível e

viável produzir, prestar serviços, exportar e importar, sem utilizar práticas desleais, antiéticas e predatórias no mercado, ou seja, as cooperativas geram concorrência e de certa forma tentam humanizar as relações comerciais, aonde a educação e a ética são utilizadas como catalisadores de mudanças na produção, no trabalho, na prestação de serviços, no comércio exterior e na evolução das instituições privadas.

3.2 – Cooperativismo e Crescimento Econômico

De acordo com FRANÇA FILHO & LAVILLE (2004), foi criada no começo da década de 90, na União Européia (U.E.) uma secretaria para coordenar assuntos referentes à economia solidária que engloba diversas instituições, tais como: as cooperativas, as fundações, as associações e as ONGs; tal secretaria tem a função de desenvolver uma economia mais justa e que integre as pessoas a sociedade, corrigindo as imperfeições do mercado. Vale frisar que para tal secretaria ser instalada no corpo administrativo da U.E. foi necessário ser criado anteriormente ministérios ou secretarias em todas as nações que integram o bloco, visando coordenar o desenvolvimento destas instituições em todas as economias européias.

Seguindo o exemplo dos europeus, as nações que integram o Mercosul (Argentina, Brasil, Paraguai e Uruguai) pretendem criar (em 2005) uma secretaria do cooperativismo na organização para coordenar uma ação econômica e política comum para as cooperativas no bloco econômico. Especificando que o Brasil criou internamente em 2002 a Secretaria Nacional de Economia Solidária (SENAE), subordinada ao Ministério do Trabalho, tendo como objetivo de integrar, coordenar e fomentar as mais diversas entidades para que estas possam colaborar ainda mais para o crescimento sustentável na economia brasileira, inclusive com a representatividade administrativa do setor no Mercosul.

De acordo com RIOS (1998), VEIGA & FONSECA (2002), numa economia como a brasileira existem diversos problemas de ordem interna que afetam ou limitam a expansão de nossas exportações, vale destacar a ausência de uma política de pesquisa e desenvolvimento (P&D), basta compararmos com economias desenvolvidas aonde as indústrias e agroindústrias foram direcionadas primordialmente a investirem em novos

conhecimentos oriundos de descobertas científicas, de inovações tecnológicas e novos modelos de gestão.

Paradoxalmente as indústrias convencionais brasileiras nunca investiram em P&D como deveriam ter feito e acabaram com uma enorme dependência de órgãos públicos para puderem custear seus gastos com a obtenção de novas máquinas, que geralmente são importadas, reflexo do não investimento em P&D limitou a criação de uma tecnologia nacional; vale salientar que para as nossas indústrias terem êxito precisam ter inovações tecnológicas acrescida a uma conjuntura favorável aonde disporia de crédito acessível e mercados com vasto poder aquisitivo em expansão, complementando a este cenário com equipes de gestores extremamente capacitados nas mais diversas áreas, tais como: engenharias, informática, economia, *marketing* e outros.

As cooperativas por outro lado são exceções neste cenário, pois as nossas agrocooperativas com recursos próprios ou por financiamento das cooperativas de crédito investem em P&D, principalmente no ramo agropecuário de nossa economia contribuído para o desenvolvimento e democratização da ciência e tecnologia no setor rural, formando Centros de Pesquisas Tecnológicas destinados a impulsionar diferenciais de qualidade em nossos bens agrícolas que são produzidos e exportados para as mais diversas nações.

Atualmente estes Centros de Pesquisa Tecnológica recrutam pesquisadores em nossas universidades fazendo uma conexão virtuosa entre o conhecimento científico e as atividades de mercado, aonde o resultado desta união se reflete em diversos avanços na zona rural, tais como: pesquisas na área de biotecnologia para que a produção agrícola seja mais resistente às pragas, na criação de novas técnicas de plantio, no melhoramento de sementes (criando sementes mais resistentes), na criação de novas tecnologias e máquinas, no aperfeiçoamento de vacinas para a pecuária, no melhoramento nutritivo de rações para animais, diferenciar bens agrícolas que são produzidos e exportados por cooperativas por meio de patentes e marcas, agregar valor à produção e outros.

De acordo com BIALOSKORSKI NETO (2001), o fenômeno da globalização da economia fomentou dentro das diversas nações um novo tipo estratégico de organização cooperativista que para otimizar as suas atividades econômicas e elevar a sua inserção no comércio internacional, utilizou-se de novos modelos de intercooperação entre cooperativas

de nações distintas que prioritariamente intensificaram suas atividades econômicas criando as cooperativas globalizadas ou transnacionais.

Estrategicamente muitas cooperativas transnacionais abrem escritórios de representações comerciais em diversos países estrangeiros, recrutando e incorporando ao seu quadro de membros cooperados, pessoas residentes naquele país (dando nítida preferência a indivíduos que possuam a cidadania local), misturando-os com cooperados fundadores da cooperativa matriz, com objetivo de dar melhor representatividade comercial naquele país.

Neste novo modelo de produção e exportação de cooperativas globalizadas (que também são conhecida como transnacionais), são geralmente resultado de uma intensa intercooperação de cooperativas de diferentes nações tendo como tendência a fusão, na qual estas instituições otimizam seus quadros de membros cooperados de várias nações com diferentes experiências, conhecimentos, qualificações e informações estratégicas que contribuirão para melhorar a eficácia e eficiência do empreendimento cooperativista.

As cooperativas transnacionais de grande porte (sejam de 2º ou 3º de grau), preferem investir em filiais nas nações estrangeiras, geralmente estas cooperativas filiais são do ramo de produção industrial ou agrocooperativas que atuam no segmento da agroindústria processando e dando valor agregado a alimentos. A intercooperação com cooperativas locais (em nações estrangeiras) torna-se fundamental para formação de economias de escala que garantirá o sucesso destes empreendimentos, sendo absolutamente natural à ocorrência de fusões com estas cooperativas locais.

Também existem muitos casos de cooperativas singulares (de pequeno porte) que são transnacionais, geralmente tais instituições desenvolvem suas atividades nas fronteiras que separam as nações e que por questões de estratégia comercial e para diminuir custos operacionais, se fundem a uma cooperativa da nação vizinha para facilitar o acesso neste novo mercado.

O cooperativismo transnacional dá importante contribuição para o fortalecimento do livre comércio integrando instituições e pessoas de diferentes nações e desenvolvendo estruturas auto sustentáveis de produção local, tendo como objetivo principal o comércio exterior, tais cooperativas são encontradas nos mais diversos mercados, principalmente em

nações que pertençam ao mesmo bloco econômico, tais como: a União Européia, no NAFTA e recentemente no Mercosul.

De acordo com NASCIMENTO (2000), é necessário diferenciar as empresas convencionais dos empreendimentos cooperativistas, alegando que as cooperativas são instituições que atuam de forma reguladora nos mercados não dinâmicos, com o intuito de corrigirem as distorções de mercado, aonde é constatado há não existência da livre concorrência.

As instituições cooperativistas podem e devem influenciar no ritmo dos mercados imperfeitos forçando por meio da concorrência os demais agentes econômicos para a conseguirem melhores padrões de eficiência; também podem e devem através da competitividade forçar seus rivais no mercado a se adaptarem as mudanças a qual estes foram submetidos, tais conjuntos de medidas beneficiarão os cooperados que sempre tentarão inovar com intuito de otimizarem suas atividades, refletindo e beneficiando a economia como um todo.

Com a concorrência imposta pelas cooperativas, alguns concorrentes utilizarão diversos métodos antitéticos para não perderem espaço no mercado, caso as cooperativas resolvam adotar métodos similares, com certeza estará decretada o fim de um empreendimento cooperativo, porque tal medida é radicalmente contrária à doutrina cooperativista; tal situação pode vir a acontecer visto que os dirigentes e gerentes nestas cooperativas preferem competir a todo custo usando todas as medidas lícitas ou ilícitas, ao darem preferência à educação solidária aos seus membros cooperados.

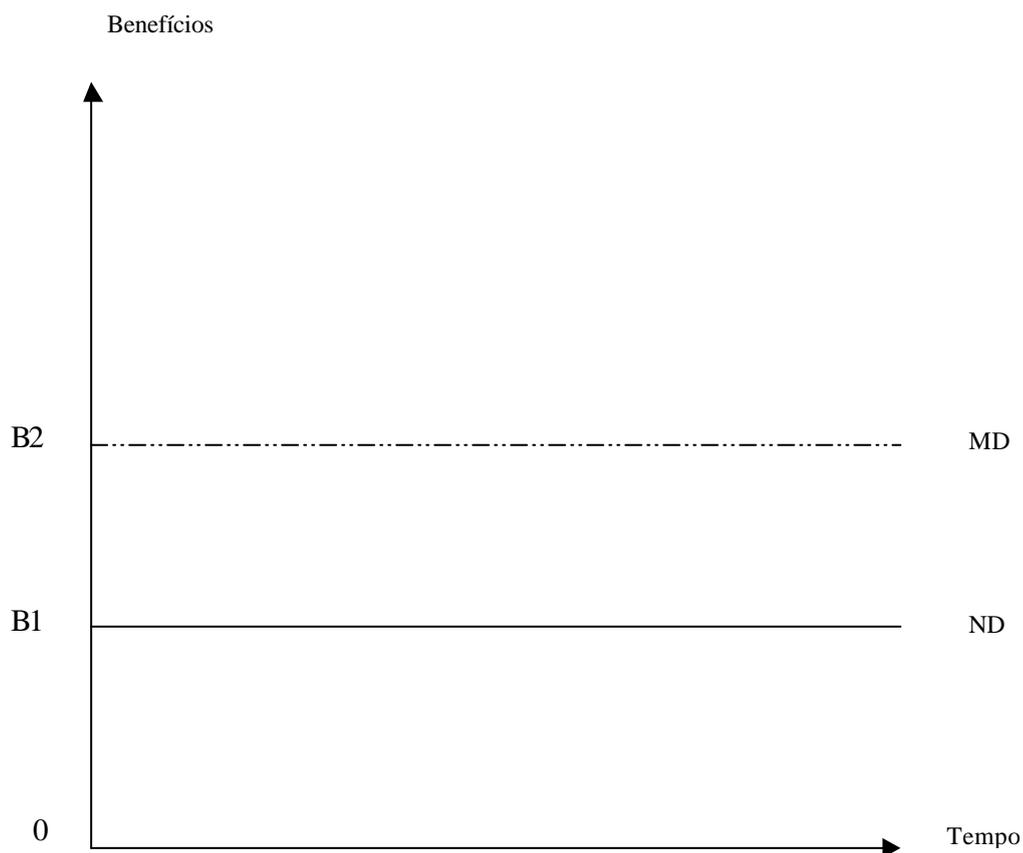
Vale salientar que as cooperativas não poderão e nem deverão possuir a totalidade do mercado como pensam muitos teóricos do cooperativismo, afinal este não é o verdadeiro objetivo da cooperativa, ou seja, os empreendimentos cooperativistas existem não para pagar o maior preço de mercado, mas para impedir que o produtor receba o menor preço, pois desenvolvendo suas atividades de forma eficaz, o maior preço existirá em função da sua presença constante e reguladora no mercado.

Com a hipótese de não existirem cooperativas atuando no mercado, ocorreria que as firmas convencionais apresentariam um comportamento linear (ver gráfico 3.1), aonde seriam oferecidos benefícios aos clientes numa situação representada pelo ponto B1 que hipoteticamente poderia ser o preço de um determinado bem. Com tal cenário vigente no

mercado aonde este nível estaria abaixo do que os clientes poderiam receber, B2, ocorrendo uma desproporção na apropriação da renda gerada na atividade econômica representada pela porção B1-B2, pelos vários segmentos.

Num caso hipotético (*coeteris paribus*), onde as firmas convencionais estivessem na linha B2, pela intervenção do estado ou pela concorrência de mercado, neste caso com certeza não necessitaria criar cooperativas, mas a realidade econômica é bem diferente, aonde é observado que geralmente o estado não intervem adequadamente na economia e o mercado não é assim tão competitivo.

Gráfico 3.1 – Benefícios aos clientes Concedidos pelas Empresas Convencionais em Mercado Não Dinâmico (ND) e em Mercado Dinâmico Com a Presença de Cooperativas (MD).



No Brasil muitas cooperativas são criadas inicialmente para satisfazer as motivações pessoais de seus fundadores, que não conseguiram abrir seu próprio negócio utilizando o modelo de empresa convencional por vários motivos, que geralmente é por falta de capital suficiente, adotando o cooperativismo como modelo alternativo, no qual seus membros dividem os benefícios, as responsabilidades, o trabalho, a rentabilidade, as dificuldades, os riscos e outros.

No caso específico das cooperativas que atuam no comércio exterior, certamente é mais vantajoso exportar ou importar bens por meio de parcerias estratégicas com outras cooperativas que atuam no mesmo segmento de mercado ou de outros ramos, podendo estas parcerias serem feitas com cooperativas brasileiras e estrangeiras, ou seja, a doutrina intercooperação facilita a criação de economias de escala e a entrada de pequenos e médios empreendimentos cooperativistas no mercado internacional.

Quando as cooperativas atuam de forma eficiente e eficaz, acabam ocasionando mudanças que beneficiam a sociedade quando obrigam por meio da concorrência os seus oponentes no mercado a inovarem aumentando o padrão de eficiência da economia (ver gráfico 3.2), aonde é observado o deslocamento da curva do nível de B1 para B2, com o padrão tecnológico existente e de B2 para B3 movido pelo uso de inovações, do tipo da integração vertical que apresenta grande valor agregado. Vale salientar que a disputa de mercado entre as empresas convencionais e as cooperativas (mostradas no gráfico 3.2), foram divididas em quatro fases que demonstram os benefícios desta concorrência para a economia.

A primeira fase corresponde a “entrada” que é caracterizada pelo o início das atividades das cooperativas no mercado, neste período os empreendimentos cooperativistas são bem recebidos pelas demais empresas convencionais, geralmente os concorrentes não se sentem ameaçados e por enquanto não praticam estratégias predatórias; esta fase é também caracterizada por existir majoritariamente cooperativas singulares (de 1º grau), com baixos níveis de economias de escala, justamente neste período inicial que os membros dirigentes devem investir em educação, divulgar constantemente a doutrina do cooperativismo e buscarem articulação estratégica com outras cooperativas. Frisando que nesta fase inicial as cooperativas são totalmente voltadas para o mercado doméstico.

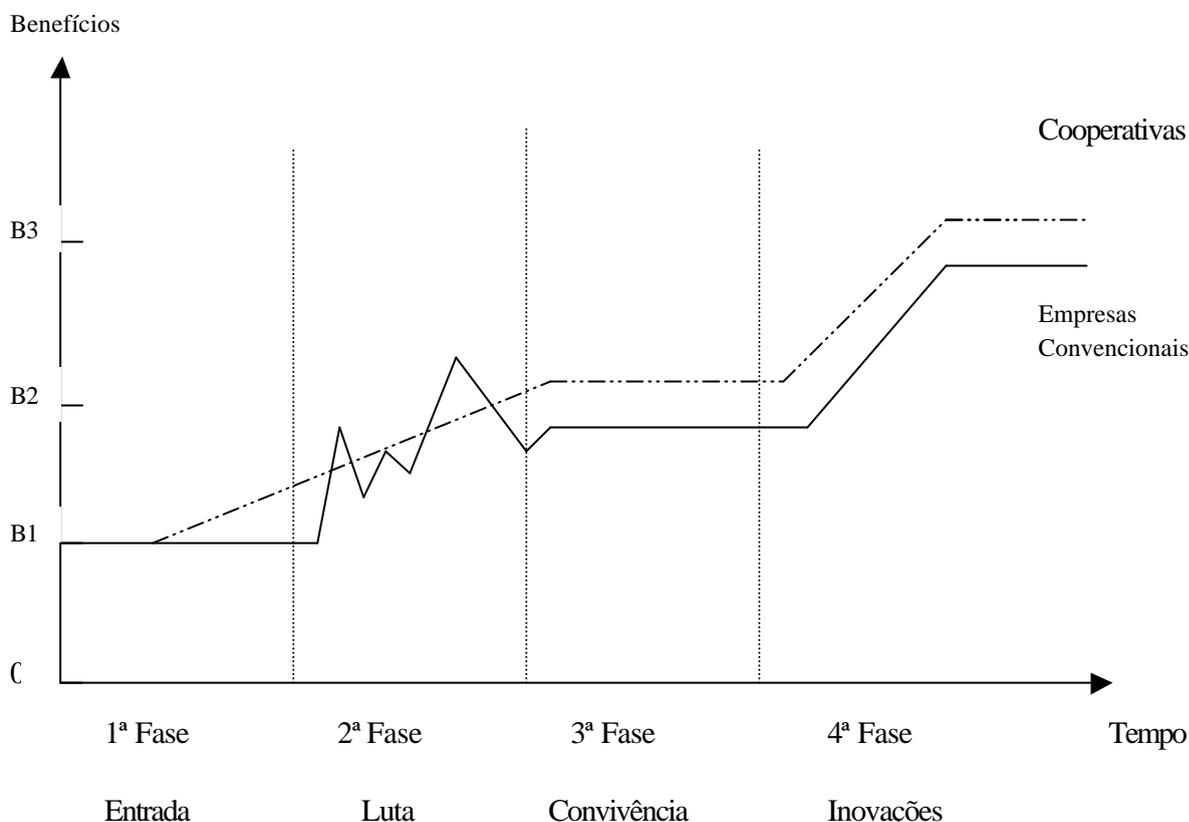
A segunda fase é marcada por ser um período de “luta” para as cooperativas aonde seus adversários (as empresas convencionais) utilizarão todos métodos lícitos e até ilícitos para não diminuírem seu espaço no mercado devido à atuação das cooperativas. Neste período é importante que todos os membros cooperados tenham consciência da cultura cooperativista para entender que o cooperativismo existe não que eles recebam o maior benefício do mercado, mas para justamente impedir que eles recebam os menores benefícios que acarreta uma situação de equilíbrio.

Neste período já ocorreu articulações e integrações estratégicas com as demais cooperativas no mercado, sendo comum a esta altura a criação de cooperativas secundárias (de 2º grau) ampliando as economias de escalas, verticalizando cadeias produtivas com viés exportador principalmente nos segmentos de agropecuária, mineral e de produção industrial.

A terceira fase é caracterizada pela a “convivência” aonde as empresas convencionais se convenceram que as cooperativas resistiram a suas investidas lícitas ou ilícitas sem se corromperem; vale salientar que não existem acordos duvidosos pré-determinados (entre cooperativas e as empresas convencionais) que deturpem a função das cooperativas no mercado, tais como: combinar preços com seus adversários, dividir espaços geográficos ou qualquer outra prática utilizada por cartéis. Nesta fase os empreendimentos cooperativistas influenciam os preços através da concorrência de mercado beneficiando principalmente aos consumidores; mas para continuarem a servir virtuosamente a economia às cooperativas necessitam introduzir elevados graus de eficiência no sistema econômico, visando elevar a sua inserção no mercado internacional.

Na quarta fase ocorre a “inovação”, pois obriga as cooperativas e as empresas convencionais a deslocarem à curva de eficiência acima do esperado, neste período é marcado por novos processos de produção que implica em investimentos em diversas áreas, tais como: Pesquisa e Desenvolvimento (P & D), educação, fortalecer e buscar por alianças estratégicas com outras cooperativas, convencer os órgãos públicos da importante função das cooperativas para a sociedade e outras. Frisando que nesta fase poderá ocorrer um novo período de “luta” que irá estabelecer novas condições estratégicas entre os concorrentes; também é interessante especificar que são criadas nesta fase as cooperativas de 3º grau que possuem um elevado viés exportador.

Gráfico 3.2 – Benefícios Oferecidos Com a Presença de Cooperativas em Concorrência Dinâmica.



De acordo com ABRANTES (2004), RICCIARDI & LEMOS (2000), com a intensificação do fenômeno da globalização da economia observa-se que na maioria dos mais diversos setores da economia, principalmente no financeiro uma tendência de concentração que limita a concorrência prejudicando o cidadão comum que pretende buscar financiamentos em instituições bancárias convencionais. Com certeza o ramo das cooperativas de crédito é o mais sensível do cooperativismo, pois este é o ramo que trata dos recursos financeiros de indivíduos que não são ricos.

O cooperativismo transnacional de crédito já é um sucesso em diversas partes do mundo, como o *Credit Agricole*, o *D.G. Bank* e o *Rabobank* que atuam na Europa e o *Desjardins* e o *CoBank* que atuam nos Estados Unidos e Canadá são casos de sucesso deste modelo de crédito cooperativista internacionalizado que já elogiaram o desempenho da Cooperativa de Crédito Brasileira (BANCOOB) que já figura entre os dez maiores bancos privados do Brasil.

Quando o BANCOOB se associar em breve a Organização Mundial de Bancos Cooperativos, que é uma mega instituição financeira global de cooperativas, irá se beneficiar de *joint-ventures* com estes gigantes internacionais, curiosamente tal associação não é especulativa como acontece com as demais instituições financeiras convencionais, aonde as grandes corporações engolem as menores, no cooperativismo financeiro transnacional o BANCOOB terá a proteção financeira destes gigantes internacionais, aonde também será disponibilizado os repasses de recursos financeiros internacionais que permitirá a expansão dos investimentos da cooperativa BANCOOB em todos os ramos do cooperativismo brasileiro que proporcionará uma maior contribuição para o crescimento econômico do Brasil.

De acordo com a OCB (2004), baseada em pesquisas da ACI (2004), foi decidido numa convenção internacional em Varsóvia (Polônia) no mês de setembro de 2004 que será implementado um certificado internacional padronizado das atividades econômicas desempenhadas pelas cooperativas; com certeza um certificado cooperativista será um valioso instrumento de mensuração para qualificar os bens e serviços que são ofertados pelos diversos empreendimentos cooperativistas em todo o mundo que certamente proporcionará uma diferenciação dos produtos fabricados por cooperativas no mercado, tal certificado será desenvolvido pela ISO e também utilizará modelos padrões de auditoria cooperativa, a previsão é que este certificado entre em vigor a partir de 2007.

Através das cooperativas muitos dos objetivos pessoais podem ser almeçados, partindo de estímulos econômicos dos membros integrantes que se misturam posteriormente as intenções sociais. Apesar de alguns membros possuírem no início do empreendimento aspirações individualistas, posteriormente tais intenções são diluídas por meio da educação cooperativista que tem como objetivo conscientizar todos os cooperados sobre um crescimento econômico mais amplo que abrange questões sociais, pessoais e humanistas, que é a meta do cooperativismo no cenário mundial.

3.3- O Papel dos Estados Nacionais em Relação ao Cooperativismo

De acordo com LIMA (1999), baseada em pesquisas da Organização Internacional do Trabalho (OIT) que recomenda aos governos das nações em vias de desenvolvimento

que criem políticas públicas específicas de apoio ao cooperativismo, que sejam compatíveis com a doutrina cooperativista sem descaracterizar a sua natureza de instituição privada.

De acordo com ACI (2000), baseada em pesquisas da OIT, que as cooperativas elevem suas atuações como unidades de produção econômica em todas as nações, pois apresentam excelentes resultados e com grande eficácia nas várias economias no mundo possibilitando diversos avanços desenvolvimentistas, tais como: na contribuição significativa na geração do Produto Interno Bruto (PIB) de dezenas de nações, na criação de novos negócios, na geração de empregos, na geração de renda e na contribuição nas relações comerciais internacionais ingressando os produtos de pequenos e médios produtores agrícolas no comércio exterior possibilitando um crescimento sustentável em economias subdesenvolvidas como o Brasil, Argentina, Uruguai, Paraguai, México, Chile, Peru e outros.

É necessário frisar que em diversas economias asiáticas em vias de desenvolvimento como a China, a Malásia, a Tailândia, as Filipinas, Singapura e outras; existem significativas exportações e importações realizadas por cooperativas de produção industrial, tornando mais justo as relações comerciais no cenário internacional.

De acordo com NASCIMENTO (2000) e RIOS (1998), os empreendimentos cooperativistas podem e devem assumir funções especiais em todas as economias do mundo, especialmente nas economias subdesenvolvidas, contribuindo ainda mais na busca do crescimento econômico sustentável, que tem como alavanca impulsionadora as cooperativas que atuam no comércio exterior, que por meio das exportações conseguem verticalizar cadeias produtivas através da intercooperação, no caso específico do Brasil são as cooperativas do ramo agropecuário que apresentam maior dinamismo exportador.

Nas economias desenvolvidas da Europa, no Canadá, nos Estados Unidos e no Japão são as cooperativas do ramo de produção industrial que mais exportam e são as cooperativas de consumo que mais importam bens agropecuários de cooperativas de nações subdesenvolvidas como o Brasil e Argentina, ou seja, ocorre uma complementação econômica, aonde o cooperativismo de consumo das nações desenvolvidas importam (adotando a doutrina da intercooperação internacional), os produtos de agrocooperativas de nações subdesenvolvidas.

Nos Estados nacionais modernos é primordial entender a importância de uma estrutura institucional eficaz, que organize de maneira conveniente os desequilíbrios em mercados não dinâmicos, as evidências demonstram sérios obstáculos no Brasil do Estado para atuar satisfatoriamente este papel; a grande questão é que não existe identificação por parte das instituições públicas brasileiras com o desenvolvimento, apesar de existirem meios para implementá-lo, que pode ser por meio de uma intervenção pública governamental na qual o estado é um árbitro ou pode ser pelo meio privado incentivando o cooperativismo e outras instituições ligadas ao terceiro setor.

É necessário reconhecer que realmente existe empenho e apoio do atual governo brasileiro ao cooperativismo agro-exportador, que além de ter criado a SENAE para coordenar todo o terceiro setor, também criou no final de 2003 a secretaria de apoio rural ao cooperativismo, ligada ao Ministério da Agricultura Pecuária e Abastecimento (MAPA) que tem como finalidade coordenar especificamente o crescimento das cooperativas do ramo agropecuário.

Nos mercados pouco ou não competitivos, a atuação de cooperativas deve ser fomentada pelos os estados nacionais, sem nenhuma reserva e com as regras do jogo bem definidas, para que os governos (federal, estadual ou municipal), não pensem que estão fazendo um favor à sociedade, já que as cooperativas funcionam como instituições reguladoras no mercado servindo como instrumento capaz de contribuir para que as políticas econômicas direcionadas para que o crescimento sustentável tenham êxito, também deve ser alertado para que as organizações que representam o cooperativismo no Brasil não sedam a políticas públicas absurdas.

De acordo com a ACI (2000), no cenário internacional os incentivos fiscais e tributários concedidos às cooperativas possuem legislações próprias e adequadas para o setor, são um dos métodos de políticas públicas ao qual as maiorias dos estados nacionais (europeus, asiáticos, Canadá, China e outros), geralmente utilizam para fortalecerem a evolução do cooperativismo em suas respectivas economias, dando um tratamento tributário diferenciado em relação às empresas convencionais. A justificativa para tais incentivos é prevista em suas legislações, torna-se necessária como uma forma de reconhecer por parte destes estados nacionais a contribuição que os empreendimentos

cooperativistas sempre deram e continuam a dar na evolução socioeconômica nestas nações.

No Brasil já existe uma legislação específica as nossas cooperativas, porém é necessário frisar que as leis brasileiras poderiam dar um apoio mais adequado e também poderiam ser melhoradas, principalmente na legislação tributária com o intuito de diminuir a carga dos tributos que são destinadas a estas organizações cooperativistas; basta compararmos com as baixas tributações que são destinadas as cooperativas na maioria das nações desenvolvidas. Frisando que nas nações desenvolvidas os incentivos fiscais e tributários beneficiam ao setor cooperativista como um todo (de forma homogênea), enquanto que nas nações subdesenvolvidas, tais incentivos não conseguem chegar a todos os ramos, beneficiando em alguns ramos e não influenciando em absolutamente nada em outros ramos, devido às falhas dos legisladores ou por falta de empenho político.

De acordo com SINGER & SOUZA (2000), numa economia tão cheia de contrastes como a brasileira, que apresenta diversas limitações estruturais com a tendência de agir como elemento fomentador de esforços para organização de grupos sociais que reivindicam reforma agrária como o Movimento dos Sem Terra (MST) e outros, que se consideram discriminados e em desvantagens em nossa sociedade, tais movimentos sociais utilizam métodos de pressão como as invasões para exigirem demarcações de novas terras, ou seja, as invasões são utilizadas como meio de barganha para haver uma intervenção do estado (governamental ou jurídica) para acelerar as demarcações.

Lembrando que o Brasil tem vantagens comparativas na agropecuária e também possui vantagens competitivas no modelo cooperativista agropecuário exportador em relação ao cooperativismo agrícola de diversas nações (das nações européias, do Japão, da China, das nações Árabes, das nações Africanas e outras); o modelo cooperativista possibilita a organização de pequenos e médios produtores agrícolas brasileiros para a exportação, fortalecendo suas atividades econômicas via o comércio exterior que visa colaborar ainda mais no crescimento econômico do Brasil.

O cooperativismo é o método menos burocrático e pacífico que traria mudanças bem mais substanciais nas atividades econômicas agrárias existentes e na organização estrutural, vale frisar que no Brasil, 80% dos agricultores que são membros de cooperativas possuem terras inferiores a 100 hectares o que torna o modelo cooperativista o mais

adequado para transformar a agricultura familiar de subsistência num agronegócio exportador, promovendo economias de escala para pequenos e médios agricultores e acabando de vez com a violência no campo.

As cooperativas são uma alternativa de produção econômica sustentável para problemas sociais brasileiros, seria interessante que o governo em vez de apenas distribuir terras sem propiciar nenhuma fonte de conhecimento, que geralmente ocasiona maiores distorções de mercado criando agricultores ineficientes economicamente; o governo federal deveria fomentar o cooperativismo através das cooperativas de crédito rural que possuem estrutura técnica e financeira para dar suporte às pequenas propriedades agrícolas e as entidades que representam o cooperativismo para que estas possam disseminar a doutrina da educação cooperativista em larga escala que certamente beneficiaria muito mais a estes agricultores, pois seria lhes dado além da terra e o financiamento, o mais importante que é o conhecimento.

De acordo com NASCIMENTO (2000), a influência de instituições governamentais para as cooperativas, só deve acontecer nas cooperativas de 2º e 3º grau, em hipótese alguma deverá ocorrer influência estatal nas cooperativas de 1º grau, ou seja, nas cooperativas de 2º e 3º grau o governo será um colaborador, levando em consideração que nestes tipos de cooperativas seus membros cooperados são a elite intelectual do setor (pessoas extremamente capacitadas) e por isso entendem e aceitam planos de longo prazo, enquanto que nas cooperativas de 1º grau o governo geralmente é visto como uma espécie de patrão.

As cooperativas de 2º e 3º grau são os empreendimentos cooperativistas mais adequados para colaborarem com as ações governamentais, devido ao fato destas instituições organizarem e verticalizarem as cadeias produtivas cooperativistas fornecendo para as cooperativas de 1º grau parcerias por meio da intercooperação com diversos benefícios, tais como: criar economias de escalas, promover exportações, possibilita assistência técnica e conhecimento adequado para que estas possam desempenhar suas atividades, dar acesso a novas tecnologias que são oriundas de investimentos em P&D em centros de pesquisas tecnológicos cooperativistas, facilitar por meio das cooperativas de crédito prazos melhores e com juros abaixo do preço de mercado que é praticado pelos bancos comerciais e outras.

Infelizmente o que ocorre no Brasil e em outras nações subdesenvolvidas é que os agentes governamentais (geralmente são governos estaduais e municipais), acabam intervindo no cooperativismo de forma desordenada, fomentando a natalidade das cooperativas de 1º grau sem nenhum critério qualitativo o que geralmente acabará prejudicando o desenvolvimento do cooperativismo como um todo; por motivos obscuros e políticos tais governos tendem a desistirem dos projetos que estão em andamento, interrompendo os convênios firmados dando preferências a outros tipos de instituições do terceiro setor como as associações ou as ONGs.

Vale salientar que as cooperativas não tem nada contra as associações e as ONGs, pelo contrário, são todas instituições aliadas e integrantes do terceiro setor, o erro justamente ocorre na esfera governamental que por ter uma visão imediatista, acabam dando prioridade a projetos de curto prazo, cujo as conseqüências são danosas tanto para o cooperativismo brasileiro, como para todo o terceiro setor, sem contar que os resultados nestes projetos geralmente são medíocres e insatisfatórios para a sociedade.

De acordo com CRÚZIO (2002) e BIALOSKORSKI NETO (2001), o modelo de produção e trabalho cooperativista brasileiro adotou duas formas de expansão no mercado que são as expansões horizontais e verticais. Nas expansões verticais de cooperativas, consiste em verticalizar a produção e trabalho entrando numa determinada atividade econômica que seja similar e dependente da atividade principal, tal modelo possui vantagens competitivas, pois aproveita as mesmas máquinas ou terras, os mesmos recursos humanos e a mesma matéria prima o que permite uma minimização nos custos de produção; vale salientar que é através deste modelo de verticalização que facilita e permite as exportações realizadas pelas nossas cooperativas.

Existe uma grande vantagem para a cooperativa que adota o modelo de crescimento vertical, que é a elevação qualitativa dos bens produzidos que se deve ao fato deste empreendimento cooperativista concentrar todos seus esforços para produzir determinados bens que são similares entre si, paradoxalmente tal vantagem competitiva acaba criando uma desvantagem no mercado, pois a cooperativa fica dependente de diversas oscilações no mercado, tais como: variações no preço, restrições de matéria prima, incertezas de determinados produtos que sofrem com as mudanças de preferências dos consumidores e até de controles governamentais.

Nas expansões horizontais, as atividades desempenhadas pelas cooperativas são de desenvolver outros produtos totalmente diferentes da atividade principal, geralmente ocorre quando se finaliza as possibilidades de crescimento vertical; a vantagem de tal medida é a compensação gradativa de substituir uma atividade em processo de saturação por outra atividade mais rentável no mercado.

As cooperativas que estão realizando uma expansão horizontal geralmente sentem grandes dificuldades de exportar devido ao fato de estarem concentrando esforços para ingressar em outra atividade econômica o que geralmente ocasiona uma diminuição considerada no volume exportado, caso tais cooperativas venham a dar plena continuidade nas suas exportações, se deve ao fato destas instituições cooperativistas terem implementado um projeto qualitativamente bem estruturado na expansão e de possuírem um excelente quadro de recursos humanos.

Outra forma engenhosa de diminuir os riscos na expansão horizontal é de incorporar ou fundir a cooperativa com outras cooperativas que desempenhem as mesmas atividades econômicas, com o intuito de formar cooperativas de 2º ou 3º grau para produzir bens ao qual o empreendimento cooperativista ainda não esteja plenamente familiarizado e melhorar a sua percepção a respeito do novo mercado que pode ser doméstico, estrangeiro ou em ambos.

De acordo com NASCIMENTO (2000), a globalização da economia trouxe ao mesmo tempo os avanços tecnológicos da ciência moderna e nos impôs os malefícios da concentração de recursos em praticamente todos os setores da economia em escala mundial, o problema é que quanto mais se concentra mais se exclui pessoas das atividades econômicas; o cooperativismo surge como uma instituição econômica que otimiza seus benefícios sociais, criando um novo paradoxo no qual quanto mais se concentra recurso mais se inclui pessoas na economia, no Brasil o ramo cooperativista da agropecuária é o mais expressivo e que através das suas exportações lidera e puxa todos os demais ramos do cooperativismo nacional, elevando assim a contribuição das cooperativas exportadoras ao crescimento econômico brasileiro.

Considerações Finais

As cooperativas brasileiras exportadoras, apresentam o mesmo perfil de mercado exportador da nossa economia ao se dedicarem às atividades do agronegócio, tais empreendimentos agrocooperativistas apresentaram diversas vantagens competitivas em relação a seus rivais convencionais na nossa economia, principalmente por adotarem as doutrinas cooperativistas (especialmente a doutrina da intercooperação), tais vantagens são: por serem cooperativas conseguem financiamentos nas cooperativas de crédito a um preço abaixo do praticado pelos bancos convencionais, via terceirização conseguem preços mais satisfatórios com as cooperativas de trabalho e de transportes de carga, com as fusões com outras cooperativas que desempenhem as mesmas atividades conseguem criar economias de escala e a expansão vertical com objetivo de implementar cadeias produtivas para elevar seu grau de competitividade no comércio exterior, estabelecem parcerias com cooperativas de consumo importadoras de várias nações e outras.

Também foi analisado que para o cooperativismo continuar evoluindo na economia brasileira, será imprescindível que estas instituições invistam ainda mais em modelos de educação cooperativista para se tornarem mais competitivas no mercado (doméstico e internacional), já que as instituições públicas brasileiras nunca investiram adequadamente em educação pública de qualidade.

Os esforços de nossas cooperativas em investirem em Pesquisa e Desenvolvimento (P&D), são necessários para criar uma ponte entre a comunidade acadêmica brasileira ao mercado que se reflete beneficemente na criação de novas tecnologias, máquinas, técnicas de plantio e dar maior valor agregado aos bens agropecuários produzidos e exportados pelos empreendimentos cooperativistas. Lembrando que no Brasil os empreendimentos convencionais preferem importar máquinas e não investem em P&D.

No cenário internacional aonde se constata a existência de mercados com pouca ou nenhuma competitividade, a OIT indica para que todos estados nacionais, estaduais e municipais incentivem a criação de cooperativas; em hipótese alguma se deve cair no conformismo em pensar que tais governos estão fazendo favores às pessoas, lembrando que os empreendimentos cooperativistas funcionam como instrumentos reguladores de mercado

e estão colaborando com os governos que direcionam políticas públicas para que o crescimento sustentável seja alcançado.

O cooperativismo brasileiro infelizmente amargou a negligência por muitos anos de nossas instituições públicas onde faltava uma legislação específica para o setor, pela nossa imprensa que não tinha conhecimento da importância destas instituições e até mesmo por alguns membros da nossa comunidade acadêmica pela pouca pesquisa destinada a este tipo de organização cooperativa, provocando muitas vezes um total desconhecimento sobre tais instituições em algumas de nossas universidades. As consequências pela falta de pesquisas sobre o cooperativismo brasileiro acarretaram uma total desinformação sobre o setor; certamente que pesquisas sobre estas organizações seriam de grande utilidade para a criação de políticas públicas específicas para este setor que se encontra em forte crescimento na nossa economia se expanda ainda mais.

Com as crises econômicas internacionais que assolam a todas as nações, com o protecionismo e subsídios dos países desenvolvidos impõem as nações subdesenvolvidas; é cada vez mais necessário que nações como o Brasil busquem alternativas comerciais, devido às incertezas no complicado e predatório jogo do comércio exterior, aonde instituições como as cooperativas vêm contribuindo de diversas formas, tais como: gerando novos negócios, ofertando linhas de crédito com tarifas abaixo do preço que é praticado pelos bancos, produzem bens e serviços, exportam, importam, investem em Pesquisa e Desenvolvimento (P&D), geram renda e emprego, elevam o grau de concorrência no mercado e outros.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.

- ABRANTES, J. **Associativismo e Cooperativismo: Como a União de Pequenos Empreendedores pode Gerar Emprego e Renda no Brasil**. Rio de Janeiro: Editora Interciência, 2004. 127p.
- Aliança Cooperativa Internacional (ACI). **Relatório Setorial do Cooperativismo Internacional 2000**. Genebra; ACI, 2000.
- BIALOSKORSKI NETO, S. & SAAD, M. S. M. **CONAP – Uma Pequena Cooperativa com Grande Excelência em Qualidade**. In: ZYLBERSZTAJN, D. & SCARE, R. F. **Gestão da Qualidade no Agribusiness: Estudos de Casos**. São Paulo: Editora Atlas, 2003. 273p.
- BIALOSKORSKI NETO, S. **Agronegócio Cooperativo**. In: BATALHA M. O. **Gestão Agroindustrial**. 2ª edição, São Paulo: Editora Atlas, 2001. 686p.
- CRÚZIO, H.E.. **Marketing Social e Ético nas Cooperativas**. Rio de Janeiro: FGV editora, 2003. 329p.
- CRÚZIO, H. E. **Como Organizar e Administrar uma Cooperativa**. 3ª edição. Rio de Janeiro: FGV editora, 2002. 155p.
- FRANÇA FILHO, G. C. & LAVILE, J. L. **Economia Solidária uma Abordagem Internacional**. Porto Alegre: editora UFRGS, 2004. 199p.
- LIMA, R.D. **Aspectos Teóricos e Práticos da Terceirização do Trabalho Rural - Cooperativas de Trabalho Rural**. São Paulo: LTr editora, 1999. 124p.
- Mc INTYRE, J. P. & SILVA E. S. **Como Formar e Gerir um Empreendimento Cooperativo**. Recife: SEBRAE-PE, 2002a. 101p.
- Mc INTYRE, J. P. & SILVA E. S. **Marketing Aplicado à Cooperativa**. Recife: SEBRAE-PE, 2002b. 80p.
- Mc INTYRE, J. P. & SILVA E. S. **Planejamento Estratégico e Operacional de Cooperativa**. Recife: SEBRAE-PE, 2002c. 144p.
- Mc INTYRE, J. P. & SILVA E. S. **Viabilidade do Negócio Cooperativo**. Recife: SEBRAE-PE, 2002d. 77p.

Mc INTYRE, J. P.; FRANCO DE SÁ R.; SILVA E. & FREIRE M.S.M. **Estudo Sobre o Perfil Sócio-Econômico e Gerencial das Cooperativas de Pernambucano**. Recife: SEBRAE-PE, OCEPE, NUSP & PAPE, 2004. 97p.

Mc INTYRE, J. P.; SILVA, E. S.; PIRES, M.L.; BERGONSI S.; VAZ, S.; GUERREIRO, J.; SALOMÃO I. & ALBUQUERQUE, P. **Panorama do Cooperativismo Brasileiro: Historia, Cenários e Tendências**. São Paulo: UNIRCOOP, 2003. 55p.

Ministério do Desenvolvimento da Industria e Comercio Exterior (MDIC). **Relatório Setorial das Exportações das Cooperativas Brasileiras (de 1990 a 2004)**. Brasília; MDIC, 2004.

NASSAR, A. M; LEME, M. F. P & JANK, M. S. **SANCOR – Estratégia de Qualidade para Conquistar Mercados**. . In: ZYLBERSZTAJN, D. & SCARE, R. F. **Gestão da Qualidade no Agribusiness: Estudos de Casos**. São Paulo: Editora Atlas, 2003. 273p.

NASCIMENTO, F. R. **Cooperativismo Como Alternativa de Mudança- Uma Abordagem Normativa**. Rio de Janeiro: Editora Forense, 2000. 209p.

OLIVEIRA, D. P. R. **Manual de Gestão das Cooperativas: Uma Abordagem Prática**. 2ª edição, São Paulo: Editora Atlas, 2003. 319p.

Organização das Cooperativas Brasileiras (OCB). **Relatório Setorial do Cooperativismo 2000**. Brasília; OCB, 2000.

Organização das Cooperativas Brasileiras (OCB). **Relatório Setorial do Cooperativismo 2001**. Brasília; OCB, 2001.

Organização das Cooperativas Brasileiras (OCB). **Relatório Setorial do Cooperativismo 2002**. Brasília; OCB, 2002.

Organização das Cooperativas Brasileiras (OCB). **Relatório Setorial do Cooperativismo 2003**. Brasília; OCB, 2003.

Organização das Cooperativas Brasileiras (OCB). **Relatório Setorial do Cooperativismo 2004**. Brasília; OCB, 2004.

RICCIARDI, L. & IEMOS, R. J. **Cooperativa, a empresa do século XXI**. São Paulo: LTr editora, 2000. 183p.

RIOS, L.O. **Cooperativas Brasileiras: Manual de Sobrevivência e Crescimento Sustentável: 10 lições práticas para as cooperativas serem bem-sucedidas em mercados globalizados.** São Paulo: Editora STS, 1998. 109p.

RECH, D. **Cooperativas: Uma Alternativa de Organização Popular.** Rio de Janeiro: DP&A editora, 2000. 191p.

SALLES, R. H. **Plano de Negócios para Cooperativas e Associações.** Rio de Janeiro: DP&A editora, 2002. 93p.

Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (SEBRAE). **Relatórios Setoriais das Cooperativas Brasileiras em 2003.** Brasília: SEBRAE, 2003.

Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (SEBRAE). **Relatórios Setoriais das Cooperativas Brasileiras em 2004.** Brasília: SEBRAE, 2004.

SINGER, P. & SOUZA, A. S. **A Economia Solidária no Brasil.** São Paulo: Contexto, 2000. 360p.

SINGER, P. **Introdução a Economia Solidária.** São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2002. 128p.

SINGER, P. **Globalização e Desemprego: Diagnóstico e Alternativas.** 4 edição. São Paulo: Contexto, 2003. 139p.

VEIGA, S. M. & FONSECA, I. **Cooperativismo Uma Revolução Pacífica em Ação.** Rio de Janeiro: DP&A editora, 2002. 106p.